



**TORRE DE**  
**MONCORVO**  
câmara municipal

*Onde o ferro é a alma da terra.*

*Divisão Administrativa e Financeira*

A:  
L. #  
Lentes

## Relatório de Gestão

**Índice**

Índice .....	1
I – PROPOSTA.....	3
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	3
II - PRIORIDADES .....	4
III - RELATÓRIO DE GESTÃO .....	5
ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL .....	6
<b>ANÁLISE GLOBAL DO ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO DO ANO DE 2014</b> .....	6
Mapa Resumo de Controlo Orçamental da Despesa – ano 2014.....	8
Mapa da Estrutura da Execução Orçamental – ano 2014 .....	9
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS 2010 a 2014 .....	9
Evolução na cobrança das Receitas no período 2010 a 2014 .....	10
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS DESPESAS 2010 a 2014 .....	11
Resumo da Evolução das Receitas e Despesas no período 2010 a 2014 .....	11
Estrutura do Orçamento de Despesas e sua Evolução <i>no período 2010-2014</i> .....	11
Na ótica dos Fluxos de caixa .....	12
GRANDES OPÇÕES DO PLANO .....	13
Resumo da execução das Grandes Opções do Plano no ano de 2014 .....	13
ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL.....	14
EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS.....	14
Evolução da Dívida a Terceiros no período 2010 a 2014.....	14
Evolução da Dívida a Terceiros no período 2010 a 2014.....	15
Evolução da dívida de médio e longo prazo do Município.....	15
Gráfico - Evolução da Dívida .....	16
Divida Total.....	16
ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	17
Participações detidas pelo Município em outras entidades .....	17

---

Entidades societárias participadas .....	17
Entidades não societárias participadas .....	17
ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO .....	18
ESTRUTURA DO PASSIVO .....	21
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....	22
RECURSOS HUMANOS DA AUTARQUIA.....	23

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including "L. A." and "L. Pomb."*

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name "L. B. B. B." and a stylized signature.

### I – PROPOSTA

No cumprimento da alínea j) do n.º 1 do artigo 34.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submetem-se à aprovação da Câmara Municipal os documentos de prestação de contas do exercício de 2014, para que possam ser submetidos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos da alínea i) do nº 1 do artigo 33.º do anexo I da referida Lei.

### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

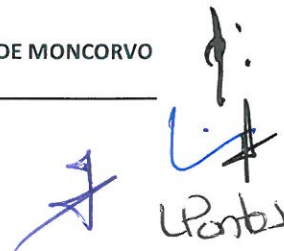
De acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro), *a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.*

Por outro lado, *se houver saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:*

- a) *Reforço de Património;*
- b) *Constituição ou reforço de reservas.*

Refere ainda o ponto 2.7.3.5 do mesmo diploma que *deve constituir-se o reforço anual da conta 571 “Reservas Legais”, no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.*

Nos termos do ponto 2.7.3 do (POCAL), propõe-se que o resultado líquido negativo de 2.468.385,66 euros apurado no exercício de 2014, seja incorporado em Resultados Transitados.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the word "Pontes" written vertically.

## II - PRIORIDADES

Principais iniciativas de investimento público, ao longo do ano de 2014:

SAMA - Sistema de Apoios à Modernização Administrativa – CIM Douro - COMPETE;

Rede de Postos de Turismo – Loja Interativa de Turismo de Torre de Moncorvo - ON.2;

Modernização do Equipamento do Cine-Teatro - FBS;

Centro Escolar de Torre de Moncorvo – Trabalhos imprevistos (CIM Douro) - ON.2;

Construção, Req. e Reorg da Rede de Infs de Proteção Civil (AMDS-POVT) Requalificação do Quartel dos Bombeiros;

Mitigação de impactos e recuperação de equipamentos públicos danificados no incêndio em Picões - Fundo de Emergência Municipal - FEM;

Campo Municipal Dr. Camilo Sobrinho - Arrelvamento Sintético, Construção de Balneários e Cobertura da Bancada – ON.2;

Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos Desportivos Municipais- Piscina Municipal Coberta de Torre de Moncorvo;

Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos Desportivos Municipais- Pavilhão Municipal de Torre de Moncorvo;

Museu do Castelo - Conservação e Valorização do Espaço Envolvente dos Vestígios Arqueológicos do Castelo – ON.2;

Eletrificação Rural do Douro no termo da União de freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos - PRODER

### III - RELATÓRIO DE GESTÃO

#### INTRODUÇÃO



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'L. B. B.' and a stylized signature.

É da responsabilidade do executivo municipal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do município, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados.

Assim e em cumprimento do estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, são presentes, para aprovação, os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2014, elaborados de acordo com os critérios previstos no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a Resolução n.º 04/2001-2.ª Secção, Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas.

Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras, que refletem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Município de Torre de Moncorvo, em 31 de Dezembro de 2014, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceite em Portugal.

Além dos cortes significativos nas transferências do Orçamento do Estado e das restrições à gestão autárquica impostas pelo Governo, nomeadamente através do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), o ano de 2014 continuou a revelar-se um ano de grande contenção financeira para o Município de Torre de Moncorvo, tendo em vista o cumprimento das medidas impostas e a execução do Plano de Saneamento Financeiro, aprovado pelo Tribunal de Contas em Janeiro de 2011.

O aumento generalizado dos preços unitários, relativos a abastecimento de água, recolha de efluentes, energia elétrica, recolha de resíduos sólidos e transportes escolares, contribuiu fortemente para o aumento da despesa suportada pela Autarquia, priorizando o rigor e a contenção orçamental sem descurar a necessidade de cumprimento dos objetivos e missão desta autarquia.

Implementação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012), no ano de 2012, nomeadamente:

- Planos de liquidação dos pagamentos em atraso;
- Cálculo e aumento temporário dos fundos disponíveis. Fundos Disponíveis são as verbas disponíveis a muito curto prazo (90 dias), desde que não tenha sido comprometido ou gasto;
- Assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia genérica;
- Controlo mensal dos pagamentos em atraso há mais de 90 dias, para cumprimento do artigo 9.º da LCPA, cujo princípio fundamental é o de que a execução orçamental não pode conduzir à acumulação de pagamentos em atraso.

Consequências para as autarquias, a partir da entrada em vigor da Lei dos Compromissos:

- o Condicionamento das autarquias pelo peso das despesas de funcionamento em percentagem superior aos fundos disponíveis;
- o Impossibilidade de assegurar o cumprimento das competências essenciais das autarquias (educação, limpeza pública, abastecimento de água, habitação social, proteção civil);
- o Limitação da autonomia do poder local;
- o Criminalização das condutas dos eleitos locais por oposição aos membros do governo;
- o Maior conflitualidade decorrente da assunção de compromissos sem fundos disponíveis.

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### ANÁLISE GLOBAL DO ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO DO ANO DE 2014

A análise, ainda que de forma sintética e global, da contabilidade orçamental permite-nos acompanhar todo o processo de realização de despesas e arrecadação de receitas. Este estudo, baseado nos mapas de execução orçamental que fazem parte integrante dos documentos de prestação de contas da Autarquia, visa numa primeira abordagem, comparar o valor do orçamento inicial e corrigido final, resultado das modificações orçamentais, com os valores da execução orçamental a fim de evidenciar a taxa de execução por grandes rubricas.

Os resultados obtidos permitem-nos testar a fiabilidade dos orçamentos e a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas realmente arrecadado pela Autarquia, bem como da atividade de planeamento.

Seguidamente apresenta-se, o Mapa Resumo de Controlo Orçamental da receita (previsões corrigidas, receita cobrada líquida e sua execução) e o Mapa Resumo de Controlo Orçamental da Despesa (dotações corrigidas, despesa paga e sua execução) do ano de 2014.

*Handwritten signature and initials*

**Mapa Resumo de Controlo Orçamental da Receita – ano 2014**

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA		ANO 2014		
Descritivo	Previsões Iniciais	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução das Receitas
<b>Receitas Correntes</b>				
Impostos Diretos	723.800,00	723.800,00	856.970,94	118,40%
Impostos Indiretos	1.950,00	1.950,00	2.755,15	141,29%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	96.650,00	96.650,00	105.612,45	109,27%
Rendimentos de Propriedade	5.920,00	5.920,00	146,33	2,47%
Transferências Correntes	6.585.451,00	6.585.451,00	6.469.043,94	98,23%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.132.750,00	3.132.750,00	1.895.840,22	60,52%
Outras Receitas Correntes	13.300,00	13.300,00	23.233,76	174,69%
<b>Total (Receitas Correntes)</b>	<b>9.559.821,00</b>	<b>10.559.821,00</b>	<b>9.353.602,79</b>	<b>88,58%</b>
<b>Receitas Capital</b>				
Venda de Bens de Investimento	600.006,00	6,00	166.822,28	2780371,33%
Transferências de Capital	3.851.278,00	1.764.274,65	1.116.921,79	63,31%
Ativos Financeiros	20.000,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	737.200,00	400.200,00	400.000,00	99,95%
Outras Receitas de Capital	2.500.200,00	200,00	48.591,10	24295,55%
Outras Receitas		723.223,51	27.854,69	3,85%
<b>Total (Receitas Capital)</b>	<b>7.708.684,00</b>	<b>2.887.904,16</b>	<b>1.760.189,86</b>	<b>60,95%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>17.268.505,00</b>	<b>13.447.725,16</b>	<b>11.113.792,65</b>	<b>82,64%</b>

A taxa de execução orçamental da receita é calculada com base nas receitas cobradas líquidas, ou seja, as receitas cobradas brutas corrigidas dos reembolsos e restituições.

De forma global podemos referir que a receita cobrada líquida foi executada em 82,64%, ascendendo ao montante de 11.113.793 euros. Para esta grandeza concorrem as receitas correntes e de capital, com valores cobrados de 9.353.603 euros e 1.760.190 euros, respetivamente.

Transitou para o ano de 2014 o saldo da gerência anterior, no montante de 723.075,46€.



**Mapa Resumo de Controlo Orçamental da Despesa – ano 2014**

**ORÇAMENTO DE DESPESA**

Descritivo	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Taxa de Execução das Despesas
<b>Despesas Correntes</b>				
Despesas com o pessoal	2.993.050,00	2.925.806,02	2.923.999,88	99,94%
Aquisição de bens e serviços	3.789.475,00	3.316.907,82	2.968.819,59	89,51%
Juros e outros encargos	582.010,00	570.921,08	546.578,91	95,74%
Transferências correntes	735.350,00	867.909,56	689.442,71	79,44%
Outras despesas correntes	100.500,00	92.297,71	84.675,51	91,74%
<i>Total (Despesas Correntes)</i>	<i>8.200.385,00</i>	<i>7.773.842,19</i>	<i>7.213.516,60</i>	<i>92,79%</i>
<b>Despesas Capital</b>				
Aquisição de bens de capital	4.612.470,00	2.239.991,37	1.671.136,95	74,60%
Transferências de capital	1.807.800,00	1.319.877,00	817.860,49	61,96%
Ativos financeiros				
Passivos financeiros	2.647.850,00	2.114.014,60	2.114.014,60	100,00%
Outras despesas de capital				
<i>Total (Despesas Capital)</i>	<i>9.068.120,00</i>	<i>5.673.882,97</i>	<i>4.603.012,04</i>	<i>81,13%</i>
<b>TOTAL</b>	<b>17.268.505,00</b>	<b>13.447.725,16</b>	<b>11.816.528,64</b>	<b>87,87%</b>

Conforme se pode verificar, o total do orçamento aprovado inicialmente, no montante de 17.268.505 euros foi durante a execução orçamental do ano de 2014 objeto de alterações orçamentais e ainda revisões orçamentais, para incorporação da rubrica reposições não abatidas nos pagamentos e incorporação do saldo da gerência anterior, bem como pela não concretização da receita prevista inicialmente do parque eólico e também relativamente ao QREN, que ficou muito aquém do inicialmente previsto, alterando assim o montante final.

A taxa de execução da despesa traduz as obrigações efetivamente pagas e não a totalidade das obrigações assumidas para com terceiros.

Podemos referir que foi obtida uma taxa de execução orçamental global da despesa de 87,87% que se eleva para 88,10% se considerarmos o grau de comprometimento da despesa, a qual se poderá concretizar em execução em anos futuros, desde que verificados os pressupostos que originaram os respetivos compromissos.

Assim, o volume de compromissos assumidos no ano de 2014 (no montante de 13.412.235 euros) originou um saldo em relação à despesa paga de 1.595.706 euros, obtendo nesta perspetiva um **grau de comprometimento de despesa de cerca de 88,10%**, demonstrando assim a fiabilidade do orçamento final apresentado.

Entenda-se neste ponto que o comprometimento da despesa não é o sinónimo de dívida, mas sim o compromisso para terceiros de que a mesma, se venha a realizar.

A execução das receitas e as despesas, correntes e de capital, apresentam sinteticamente, no ano de 2014, a seguinte estrutura:

**Mapa da Estrutura da Execução Orçamental – ano 2014**

Descritivo	2014	Var. %
<i>Receitas Correntes</i>	9.353.602,79	84,16%
<i>Receitas Capital</i>	1.760.189,86	15,84%
<b>Total Receitas</b>	<b>11.113.792,65</b>	<b>100,00%</b>
<i>Despesas Correntes</i>	7.213.516,60	61,05%
<i>Despesas Capital</i>	4.603.012,04	38,95%
<b>Total Despesas</b>	<b>11.816.528,64</b>	<b>100,00%</b>

Da análise do quadro anterior, o que se extrai da estrutura da execução orçamental é o facto de as **receitas correntes superarem em 2.140.086 euros as despesas correntes**.

Concluimos que o orçamento de 2014 previa todos os recursos necessários para cobrir todas as despesas, pelo que se cumpriu o princípio orçamental do equilíbrio global, bem como o princípio orçamental do equilíbrio corrente, calculado com base no artigo 40º da Lei 73/2013 de 03 de setembro.

De salientar ainda que, o total da receita arrecadada é inferior em 702.835,99 euros à despesa paga, o que se pode concluir que o Município necessitou de utilizar o saldo da gerência anterior naquele montante, transitando no entanto o valor de 20.239,47 euros para o ano de 2015.

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS 2010 a 2014**

O quadro seguinte retrata a evolução das receitas nos últimos cinco anos.

**Evolução na cobrança das Receitas no período 2010 a 2014**

Descritivo	2010	2011	2012	2013	2014	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014
<b>Receitas Correntes</b>									
Impostos Directos	583.453,49	641.294,97	656.773,01	782.081,05	856.970,94	9,91%	2,41%	19,08%	9,58%
Impostos Indirectos	1.858,21	1.112,76	1.370,73	1.626,03	2.755,15	-40,12%	23,18%	18,63%	69,44%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	101.964,79	106.731,40	97.207,49	86.006,19	105.612,45	4,67%	-8,92%	-11,52%	22,80%
Rendimentos de Propriedade	11.917,21	4.803,72	454,86	72,90	146,33	-59,69%	-90,53%	-83,97%	100,73%
Transferências Correntes	6.077.356,91	5.748.807,01	5.583.707,50	5.971.009,20	6.469.043,94	-5,41%	-2,87%	6,94%	8,34%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.378.062,90	1.346.486,01	2.337.052,82	3.476.437,58	1.895.840,22	-2,29%	73,57%	48,75%	-45,47%
Outras Receitas Correntes	26.695,82	26.312,86	19.104,52	13.831,31	23.233,76	-1,43%	-27,39%	-27,60%	67,98%
<b>Total (Receitas Correntes)</b>	<b>8.181.309,33</b>	<b>7.875.548,73</b>	<b>8.695.670,93</b>	<b>10.331.064,26</b>	<b>9.353.602,79</b>	<b>-3,74%</b>	<b>10,41%</b>	<b>18,81%</b>	<b>-9,46%</b>
<b>Receitas Capital</b>									
Venda de Bens de Investimento	36.304,88	129.919,55	20.930,83	67.322,51	166.822,28	257,86%	-83,89%	221,64%	147,80%
Transferências de Capital	3.503.832,17	4.343.308,43	5.129.496,80	3.517.358,16	1.116.921,79	23,96%	18,10%	-31,43%	-68,25%
Activos Financeiros					0,00				
Passivos Financeiros	811.000,00	10.220.000,00	0,00	533.000,00	400.000,00	1160,17%	-100,00%	0,00%	-24,95%
Outras Receitas de Capital	428,00	5.000,00	0,00	0,00	48.591,10	1068,22%	-100,00%	0,00%	0,00%
Outras Receitas		4.746,17	5.289,03	10.909,58	27.854,69		100%	106,27%	155,32%
<b>Total (Receitas Capital)</b>	<b>4.351.565,05</b>	<b>14.698.227,98</b>	<b>5.155.716,66</b>	<b>4.128.590,25</b>	<b>1.760.189,86</b>	<b>237,77%</b>	<b>-64,92%</b>	<b>-19,92%</b>	<b>-57,37%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.532.874,38</b>	<b>22.573.776,71</b>	<b>13.851.387,59</b>	<b>14.459.654,51</b>	<b>11.113.792,65</b>	<b>80,12%</b>	<b>-38,64%</b>	<b>4,39%</b>	<b>-23,14%</b>

Podemos concluir que a cobrança das **Receitas Correntes** de 2010 para 2011 sofreu um decréscimo de cerca de 3,74% face a 2010, já de 2011 para 2012 aumentou cerca de 10,41%, de 2012 para 2013 registou um crescimento de cerca de 18,80% relativamente ao período em análise, em 2014 registou uma diminuição de cerca de 9,46%, devendo-se essencialmente à diminuição referente à arrecadação de receita referente à renda de concessão da Etar e das barragens, da qual houve lugar a uma antecipação das rendas até ao ano 2031, segundo o Acordo de transação celebrado ente o Município e as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Estas receitas contribuem significativamente para a gestão financeira da Autarquia, já que se tratam de fluxos monetários estáveis, com tendências de crescimento, o que não se verificou no ano de 2011, a tendência foi invertida, vindo a recuperar em 2012 e 2013 sucessivamente, já em 2014 volta a ter uma recaída.

As **Receitas de Capital** traduzem o recebimento de participações de obras cofinanciadas, e a venda extraordinária de património do domínio privado municipal, bem como a venda de sete apartamentos situados no Bairro do Santo Cristo destinados a habitação, perfazendo um valor total de 161.722,28 euros.

Assim, podemos concluir que na cobrança das **Receitas de Capital** as únicas rubricas que evoluíram positivamente no período 2013-2014, foi 'Venda de bens de investimento' e as 'Outras Receitas'.

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS DESPESAS 2010 a 2014**

  
 A. J. A.  
 L. J. A.  
 U. J. A.

Sinteticamente, a execução das receitas e das despesas, correntes e de capital, apresenta no período de 2010 a 2014, a seguinte estrutura:

**Resumo da Evolução das Receitas e Despesas no período 2010 a 2014**

ORÇAMENTO EXECUÇÃO					
Descritivo	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Receitas Correntes</b>	8.181.309	7.875.549	8.695.671	10.331.064	9.353.603
<b>Receitas Capital</b>	4.351.565	14.702.974	5.155.717	4.128.590	1.760.190
<b>Total Receitas</b>	<b>12.532.874</b>	<b>22.578.523</b>	<b>13.851.388</b>	<b>14.459.655</b>	<b>11.113.793</b>
<b>Despesas Correntes</b>	7.521.830	10.594.204	7.343.390	8.430.544	7.213.517
<b>Despesas Capital</b>	5.011.044	11.782.969	6.515.632	5.498.400	4.603.012
<b>Total Despesas</b>	<b>12.532.874</b>	<b>22.377.173</b>	<b>13.859.022</b>	<b>13.928.945</b>	<b>11.816.529</b>

O quadro seguinte, apresenta a tendência verificada no quadriênio.

**Estrutura do Orçamento de Despesas e sua Evolução no período 2010-2014**

Descritivo	2010	2011	2012	2013	2014	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014
<b>Despesas Correntes</b>									
Despesas com o pessoal	4.220.807,80	4.231.794,59	3.436.540,25	2.923.001,04	2.923.999,88	0,26%	-18,79%	-14,94%	0,03%
Aquisição de bens e serviços	2.473.835,02	4.390.436,48	2.542.494,69	4.245.259,07	2.968.819,59	77,47%	-42,09%	66,97%	-30,07%
Juros e outros encargos	349.520,18	711.470,84	735.277,49	639.089,39	546.578,91	103,56%	3,35%	-13,08%	-14,48%
Transferências correntes	422.599,70	1.190.736,01	570.082,72	564.037,02	689.442,71	181,76%	-52,12%	-1,06%	22,23%
Outras despesas correntes	55.067,40	69.765,95	58.994,77	59.157,95	84.675,51	26,69%	-15,44%	0,28%	43,13%
<b>Total (Despesas Correntes)</b>	<b>7.521.830,10</b>	<b>10.594.203,87</b>	<b>7.343.389,92</b>	<b>8.430.544,47</b>	<b>7.213.516,60</b>	<b>40,85%</b>	<b>-30,68%</b>	<b>14,80%</b>	<b>-14,44%</b>
<b>Despesas Capital</b>									
Aquisição de bens de capital	1.748.971,98	5.430.137,69	3.754.546,69	2.584.159,39	1.671.136,95	210,48%	-30,86%	-31,17%	-35,33%
Transferências de capital	1.356.133,67	2.458.567,68	1.623.483,70	1.169.991,87	817.860,49	81,29%	-33,97%	-27,93%	-30,10%
Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00				
Passivos financeiros	1.905.938,63	3.894.263,64	1.136.101,58	1.726.899,02	2.114.014,60	104,32%	-70,83%	52,00%	22,42%
Outras despesas de capital	0,00	1.350,00	1.500,00	1.350,00	0,00				-100,00%
<b>Total (Despesas Capital)</b>	<b>5.011.044,28</b>	<b>11.784.319,01</b>	<b>6.515.631,97</b>	<b>5.498.400,28</b>	<b>4.603.012,04</b>	<b>135,17%</b>	<b>-44,71%</b>	<b>-15,61%</b>	<b>-16,28%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.532.874,38</b>	<b>22.378.522,88</b>	<b>13.859.021,89</b>	<b>13.928.944,75</b>	<b>11.816.528,64</b>	<b>78,56%</b>	<b>-38,07%</b>	<b>0,50%</b>	<b>-15,17%</b>

As despesas correntes pagas totalizaram 7.213.517 euros, registando-se uma diminuição, de 2013 para 2014 de cerca de 14,44% . Registando-se a maior descida na rúbrica referente à aquisição de bens e serviços, salientando porém que as despesas com pessoal têm vindo a diminuir ao longo destes cinco anos à excepção de 2010 para 2011 que cresceram cerca de 0.26%

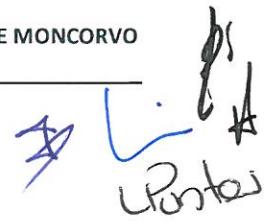
As despesas de capital pagas totalizaram 4.603.012 euros, registando-se uma diminuição, em termos absolutos, de 16,28% em relação ao ano anterior.

### Na ótica dos Fluxos de caixa

A análise efetuada aos Fluxos de Caixa do exercício de 2014, onde se encontram discriminadas todas as importâncias relativas aos recebimentos e pagamentos, reportando-se tanto à execução orçamental, como às operações de tesouraria (valores entrados em cofre e destinados a outras entidades, isto é, cobranças para terceiros), permite-nos constatar que o Saldo para a gerência seguinte é de 465.387,97 euros, referentes a Execução Orçamental e Operações de tesouraria.

#### Fluxos de Caixa

Saldo da Gerência anterior (2014)		(Euros)
<i>Execução orçamental</i>	723.075,46	
<i>Operações de Tesouraria</i>	499.538,86	<b>1.222.614,32</b>
<b>Receita cobrada na gerência</b>		
<i>Receitas Orçamentais</i>	11.113.792,65	
<i>Operações de Tesouraria</i>	1.028.203,61	<b>12.141.996,26</b>
<b>Pagamentos efectuados na gerência</b>		
<i>Despesas Orçamentais</i>	11.816.528,64	
<i>Operações de Tesouraria</i>	1.082.693,97	<b>12.899.222,61</b>
<b>Saldo para a Gerência seguinte (2015)</b>		
<i>Execução orçamental</i>	20.339,47	
<i>Operações de Tesouraria</i>	445.048,50	<b>465.387,97</b>


**GRANDES OPÇÕES DO PLANO**

Os Mapas de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Actividades Municipal – POCAL, constam dos Mapas de Prestação de Contas, apensos a este Relatório de Gestão. Refletem, sob a forma de objetivos específicos, a execução das prioridades já previamente definidas com base em recursos previstos em sede de elaboração do Orçamento Municipal.

O quadro seguinte demonstra os montantes de investimento executados e o coeficiente percentual de realização para cada um dos grandes sectores estruturais, refletindo o esforço financeiro despendido, pelas diversas áreas de intervenção e que se concentram em quatro grandes objetivos: as funções gerais, funções sociais, as funções económicas e outras funções.

**Resumo da execução das Grandes Opções do Plano no ano de 2014**

Descrição	PPI			PAM			GOP's		
	Previsto	Executado	%	Previsto	Executado	%	Previsto	Executado	%
<b>Funções Gerais</b>	514.133,31	318.694,22	61,99%	619.814,49	419.745,17	67,72%	1.133.947,80	738.439,39	65,12%
Serviços gerais da administração pública	493.822,97	314.093,93	63,60%	418.459,72	218.390,40	52,19%	912.282,69	532.484,33	58,37%
Segurança e ordem pública	20.310,34	4.600,29	22,65%	201.354,77	201.354,77	100,00%	221.665,11	205.955,06	92,91%
<b>Funções sociais</b>	1.175.682,22	933.978,21	79,44%	3.011.886,69	2.319.196,64	77,00%	4.187.568,91	3.253.174,85	77,69%
Educação	163.922,82	161.044,62	98,24%	405.276,99	387.924,25	95,72%	569.199,81	548.968,87	96,45%
Saúde				31.426,80	30.395,55	96,72%	31.426,80	30.395,55	96,72%
Segurança e Acção sociais				156.471,09	152.991,38	97,78%	156.471,09	152.991,38	97,78%
Habitação e serviços colectivos	599.538,68	505.711,49	84,35%	1.982.041,58	1.329.953,56	67,10%	2.581.580,26	1.835.665,05	71,11%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	412.220,72	267.222,10	64,83%	436.670,23	417.931,90	95,71%	848.890,95	685.154,00	80,71%
<b>Funções Económicas</b>	550.175,84	418.464,52	76,06%	24.081,00	24.081,00	85,89%	574.256,84	442.545,52	77,06%
Indústria e energia	75.854,05	70.437,40	92,86%				75.854,05	70.437,40	92,86%
Transportes e comunicação	474.321,79	348.027,12	73,37%				474.321,79	348.027,12	73,37%
Comércio e turismo				24.081,00	24.081,00	100,00%	24.081,00	24.081,00	100,00%
<b>Outras Funções</b>	0,00			123.797,58	113.323,43	91,54%	123.797,58	113.323,43	91,54%
Transferências entre administrações				4.000,00	4.000,00	100,00%	4.000,00	4.000,00	100,00%
Diversas não especificadas				119.797,58	109.323,43	91,26%	119.797,58	109.323,43	91,26%
<b>TOTAIS</b>	<b>2.239.991,37</b>	<b>1.671.136,95</b>	<b>74,60%</b>	<b>3.779.579,76</b>	<b>2.876.346,24</b>	<b>76,10%</b>	<b>6.019.571,13</b>	<b>4.547.483,19</b>	<b>75,54%</b>

Com uma taxa de execução de 75,54%, as Grandes Opções do Plano para o ano de 2014 atingem o valor absoluto de 4.547.483 euros, dos quais 1.671.136,95 euros referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos e 2.876.346 euros ao conjunto das ações consideradas como relevantes incluídas no Plano de Actividades Municipais.

Da análise conclui-se que:

As **Funções Sociais** são as que absorvem a maior fatia de investimento com um valor nominal de 3.253.175 euros, representando 71,54% do total executado. Nestas funções a Habitação e Serviços Coletivos registam 1.835.665 euros, a Educação registou 548.969 euros e os Serviços culturais, recreativos e religiosos registou 685.154 euros;

As **Funções Gerais**, que representam 16,24% do total executado, apresentam um valor de 738.439 euros, sendo consumidas estas verbas na sua maior parte pelos serviços gerais da administração pública.

As **Funções Económicas** representam 9,73% do investimento, com um valor executado de 442.546 euros, sendo que a área dos transportes e comunicações é a que absorve uma maior fatia destes investimentos, apresentando um valor de 348.027 euros;

**Outras Funções** representam 2,49% do investimento, com um valor executado de 113.323 euros;

*Handwritten notes:*  
Φ)  
A  
Lentes

## ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

### EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

A componente de **dívidas a terceiros** reflete no ano de 2014 na sua componente de curto prazo uma diminuição relativamente ao ano anterior, sendo as componentes mais importantes o pagamento a fornecedores conta corrente e de imobilizado e outros credores.

#### Evolução da Dívida a Terceiros no período 2010 a 2014

Dívidas a terceiros - Curto Prazo	2010	2011	2012	2013	2014
Empréstimos curto prazo	811.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores c/c	3.489.507,74	895.949,71	845.379,61	1.241.121,57	906.019,01
Fornecedores de imobilizado	2.472.343,83	1.082.432,27	998.382,35	432.630,89	198.155,19
Estado e outros entes públicos	78.586,87	70.143,42	72.594,56	70.876,15	71.942,13
Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Outros credores	1.851,41	4.809,87	1.877,98	1.965,48	3.905,74
Garantias e Cauções	382.855,79	503.625,05	546.196,05	431.759,55	373.194,10
<b>Total</b>	<b>7.236.145,64</b>	<b>2.556.960,32</b>	<b>2.464.430,55</b>	<b>2.179.353,64</b>	<b>1.553.216,17</b>

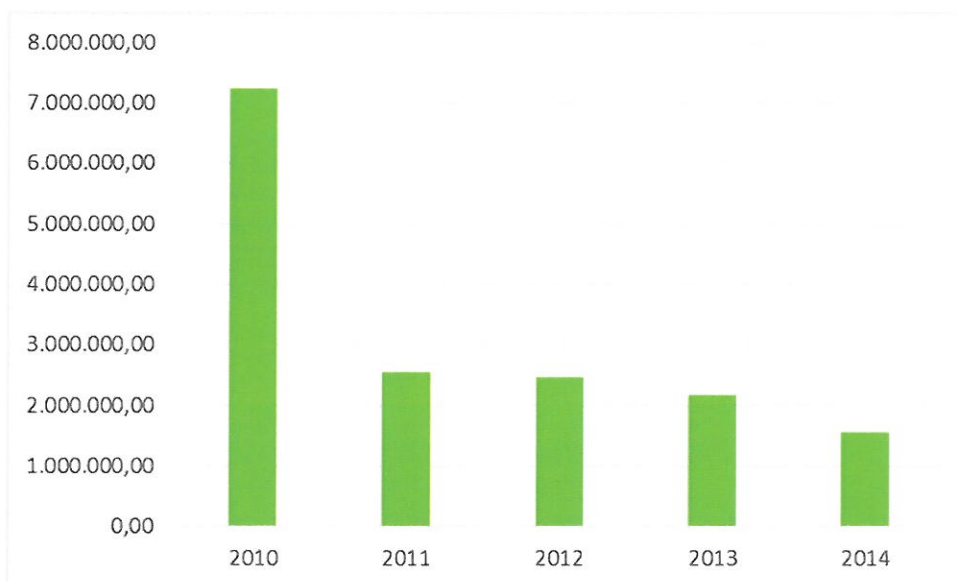
No cômputo geral a dívida total do município diminuiu em relação ao ano de 2013, no montante de 626.137 euros.

Salienta-se que, relativamente às dívidas a curto prazo - credores de garantias e cauções, as quais constituem importâncias retidas de e para terceiros, são fundos alheios à autarquia, encontrando-se depositadas em contas de disponibilidades e possíveis de utilização – para restituições das cauções - em qualquer momento.

Em termos gráficos pode esta evolução verificar-se da seguinte forma:

*Handwritten notes:*  
 \*  
 L.  
 Pontos

### Evolução da Dívida a Terceiros no período 2010 a 2014



Apresentamos, de seguida, um quadro que traduz a evolução real da dívida existente em 31 de Dezembro de cada ano, com a contratualização de empréstimos de médio e longo prazo.

### Evolução da dívida de médio e longo prazo do Município

- Período 2010 a 2014 -

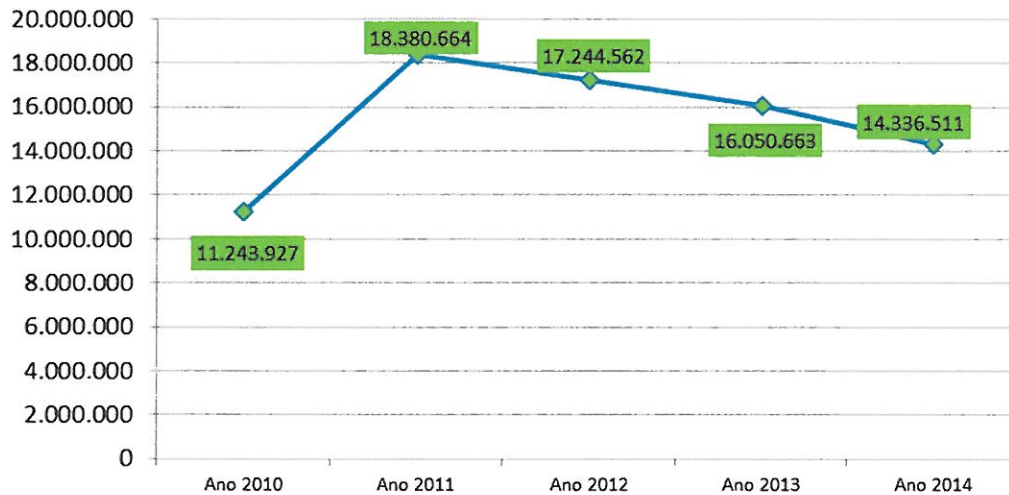
Empréstimos m/l prazo	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014
Não excepcionados	9.094.219,78	16.388.722,88	15.408.158,96	14.374.751,34	12.821.668,86
Excepcionados	2.149.707,59	1.991.940,87	1.836.403,21	1.675.911,81	1.514.842,09
<b>TOTAIS</b>	<b>11.243.927</b>	<b>18.380.664</b>	<b>17.244.562</b>	<b>16.050.663</b>	<b>14.336.511</b>

Regista-se a diminuição da dívida de médio e longo prazo em 1.714.152 euros, relativos à amortização do capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo.



*Handwritten notes:*  
 \*  
 Li  
 Pontos

**Gráfico - Evolução da Dívida**



De seguida, apresentamos um quadro que define o limite da dívida total calculado com base na Lei 73/2013 de 3 de Setembro, mais propriamente no seu art.º 52º:

<b>Dívida Total da Autarquia</b>					
Limite	Dívida Total				
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part.	Dívida Total	Dívida Total excluindo orçamentais	Montante em Excesso
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)
13.451.142	01-01-2014				
	18.230.017	428.435	18.658.452	18.157.890	4.706.748
	31-12-2014				
	15.889.727	155.373	16.045.100	15.596.932	2.145.790

Pode concluir-se que desde 1 de Janeiro de 2014 o Município apresentava um montante em excesso, de 4.706.748 euros, no entanto a 31 de Dezembro de 2014 esse montante em excesso é de 2.145.790 euros, havendo assim uma diminuição de 2.560.958 euros. É de salientar aqui que este Município se tem esforçado em diminuir a dívida, tentando ter sempre os valores em dia para com os seus Fornecedores, não havendo assim pagamentos em atraso, ou seja, dívida vencida acima de 90 dias. Salienta-se que o prazo médio de pagamento a 31 de Dezembro de 2013 era de 137 dias, passando a 31 de Dezembro de 2014 a cifrar-se em 41 dias.

9:  
L. A.  
Trás-os-Montes

## ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A apreciação feita seguidamente tem como suporte o Balanço e Demonstração de Resultados, documentos contabilísticos de base.

O Balanço, abrange os elementos acumulados até à data, sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial da autarquia a 31 de Dezembro de 2014, onde constam os seus bens, direitos e obrigações, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa.

A Demonstração de Resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

Convém ainda referir que se torna ainda pertinente e imprescindível termos em consideração as especificidades da Autarquia, área geográfica e conjuntura atual, e que ao não serem ponderadas podem desvirtuar a medição da qualidade da sua gestão e dos seus resultados, pelo que, as conclusões feitas relativamente à sua gestão, deverão ter em conta que a sua missão será sempre a satisfação das necessidades coletivas, e não a obtenção de lucro.

### Participações detidas pelo Município em outras entidades

#### Entidades societárias participadas

O Município de Torre de Moncorvo integra ou participa, no âmbito das suas competências, o capital social das seguintes empresas:

- Integra a Sociedade de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., com uma participação de 0,06% do capital social, correspondente a 154.552 euros;
- Participa ainda na sociedade “Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda”, com uma participação de 4,55% do capital social, correspondente a 3.741 euros;
- “Gesturdouro-Gestão de empreendimentos hoteleiros do douro superior, Lda”, com uma participação de 20% do capital social, correspondente a 57.800 euros;

#### Entidades não societárias participadas

Este Município integra, ainda, as seguintes associações:

- AREDOURO – Agência Regional de Energia do Douro.
- Associação de Desenvolvimento do Douro Superior;
- Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro;

*Handwritten signature and initials:*  
P.  
L.A.  
L. Pontes

- Associação de Municípios do Baixo Sabor;
- Associação de Municípios do Douro Superior;
- Associação de Municípios do Vale do Côa;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico;
- Entidade Regional de Turismo do Norte "PORTOENORTE-Turismo do Porto e Norte de Portugal;
- Fundação Museu do Douro;
- Territórios do Côa - Associação de Desenvolvimento Regional;
- Turismo do Douro;

O Município de Torre de Moncorvo, detém ainda uma participação indireta na empresa "Resíduos do Nordeste, E.I.M.", através da Associação de Municípios do Douro Superior;

O Município de Torre de Moncorvo é também membro do "Duero-Douro AECT, Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Duero-Douro", constituído por Despacho n.º 7128/2009, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado no Diário da República n.º 47, II série, de 09/03/2009.

De salientar a saída da "Associação do Douro Histórico", conforme deliberação tomada em reunião de Câmara de 20/01/2012 e também da Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro, conforme nosso Ofício nº2433 de 1 de Novembro de 2013.

Relativamente à obrigatoriedade dos Municípios contribuírem para o capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM), nos termos do nº1 do art.º 17º da Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto, este Município deveria ter reconhecido no ano de 2014 um ativo financeiro no valor de 553.206,38 euros (valor da participação), por contrapartida de um passivo até à liquidação do valor subscrito, o qual terá um período de realização de sete anos (de 2015 a 2021).

## ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO

O Balanço encontra-se organizado de forma a permitir o seu equilíbrio, Activo = Fundos Próprios + Passivo. Estes grandes grupos expressam a situação patrimonial da Autarquia à data de 31 de Dezembro de 2014.

O **ACTIVO**, que inclui o conjunto de bens e direitos da autarquia, assim como os acréscimos e diferimentos, está agrupado de acordo com o critério da liquidez crescente, ou da disponibilidade, pelo que reflete, na referida ordem, o valor do imobilizado, das existências, das dívidas de terceiros (curto, médio e longo prazos), das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos e custos diferidos).

No que se refere às dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes cuja cobrança seja duvidosa e o risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, foram as mesmas reconhecidas na conta patrimonial «Clientes, Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa» e constituídas provisões correspondentes a 50% do saldo para dívidas em mora há mais de 6 e menos de 12 meses e a 100% para aquelas que se encontram em mora há mais de 12 meses, no valor de 37.295,60 euros, POCAL (paragrafo 2.7.1).



Handwritten signature and initials in blue ink, including the word "Portugal" written below.

A rubrica de **acréscimos de proveitos** é constituída por proveitos de 2014 cujo recebimento só se concretiza em 2015, tendo sido registados acréscimos de proveitos, respeitantes a:

- Impostos Municipais (IMI, IMT e IUC) e TMDP – Taxa Municipal de Direitos de Passagem, relativos ao exercício de 2014, cujo recebimento ocorreu em 2015;
- Venda de água relativa ao mês de Dezembro de 2014, a receber no ano de 2015;

Os princípios contabilísticos da especialização (ou do acréscimo) e da materialidade exigem o reconhecimento, como proveitos do período, dos factos anteriormente apresentados.

Os **custos diferidos** respeitam as despesas antecipadas no próprio exercício que são custos de exercícios seguintes, nomeadamente custos diferidos com seguros.

Os **FUNDOS PRÓPRIOS**, figuram no Balanço de acordo com o critério cronológico, expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas, e dos resultados (transitados e líquidos).

Encontram-se refletidos na componente de “Património – Balanço Inicial” as incorporações efetuadas na rubrica do ativo imobilizado. Estas regularizações dizem respeito à incorporação de novos elementos patrimoniais que não foram, em devido tempo, objeto de inscrição em sede de balanço inicial.

Conforme indicações do SATAPOCAL, as regularizações que se reportem a datas anteriores ao balanço inicial, neste caso 2003, deverão ser reconhecidas na conta designada por “Património”.

O **PASSIVO**, conjunto de obrigações da autarquia, reconhece o valor das provisões constituídas para fazer face a riscos e encargos, das dívidas para com terceiros (curto, médio e longo prazos) e os acréscimos e diferimentos (acréscimos de custos e proveitos diferidos).

**Rubrica - Acréscimos de custos:**

A CMTM reconheceu como custos do período os encargos com Férias e Subsídio de Férias (acrescidos dos respetivos encargos sociais), incorridos em 2014 que serão pagos em 2015;

Reconheceu também os encargos com comunicações e de instalações (energia elétrica e combustíveis), incorridos em Dezembro de 2014 a pagar no ano de 2015;

**Rubrica – Proveitos diferidos:**

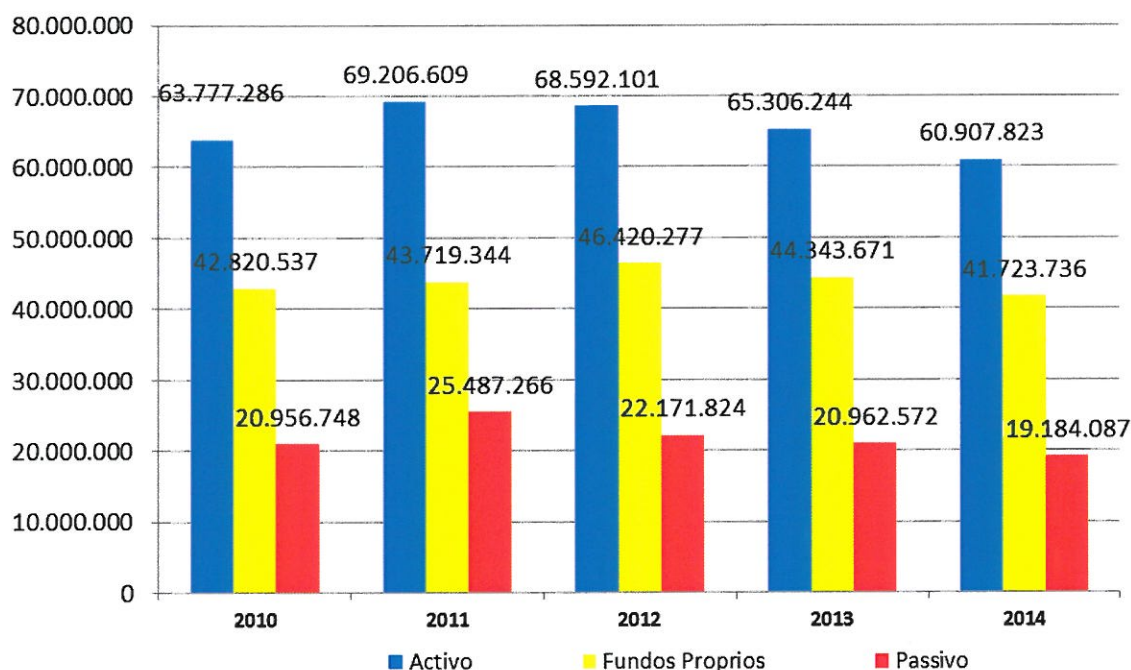
A CMTM reconheceu como proveitos diferidos o valor a receber dos contratos de financiamento de fundos comunitários e a amortização da quota correspondente aos subsídios já recebidos, bem como a antecipação de rendas relativas às infraestruturas municipais integradas no sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro fruto do acordo de transação celebrado entre o Município de Torre de Moncorvo e as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (ATMAD), no valor de **1.397.386,08** euros, com base

no qual este Município efetuou de imediato o pagamento da dívida que tinha para com a ATMAD, no valor de 1.469.858,34 euros. Assim, todos os anos terá que se reconhecer o proveito referente a essa antecipação.

O Passivo deverá ser analisado segundo as vertentes das provisões, dívidas a terceiros e acréscimos e diferimentos:

- ✓ tendo em especial atenção o princípio da prudência no ano de 2014 foram constituídas provisões para riscos e encargos no valor de 5.000 euros;
- ✓ no que concerne ao passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de curto prazo, apresentam relativamente a 2013 uma diminuição de 626.137 euros;
- ✓ Relativamente ao passivo de médio e longo prazo, registou uma diminuição de 1.714.152 euros;
- ✓ No que concerne ao passivo não exigível - acréscimos e diferimentos- acréscimos de custos e proveitos diferidos, em valores absolutos aumentaram em 561.804 euros, depois de regularizado o valor referente a projetos cofinanciados e também ao valor das rendas antecipadas, conforme foi descrito anteriormente.

Numa perspetivo evolutivo, o gráfico seguinte reflete o montante global do Balanço no período 2010 a 2014.



Considerando o papel fundamental do ATIVO, esta estrutura apresenta em termos absolutos, 60.907.823 euros.

O PASSIVO representa em termos absolutos o montante de 19.184.087 euros, registando uma diminuição significativa de 1.778.486 euros, fruto da diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo no valor de 626.137 euros e das dívidas a terceiros de médio e longo prazos de 1.714.152 euros bem como do aumento de 561.804 euros registado na rúbrica de Proveitos diferidos.

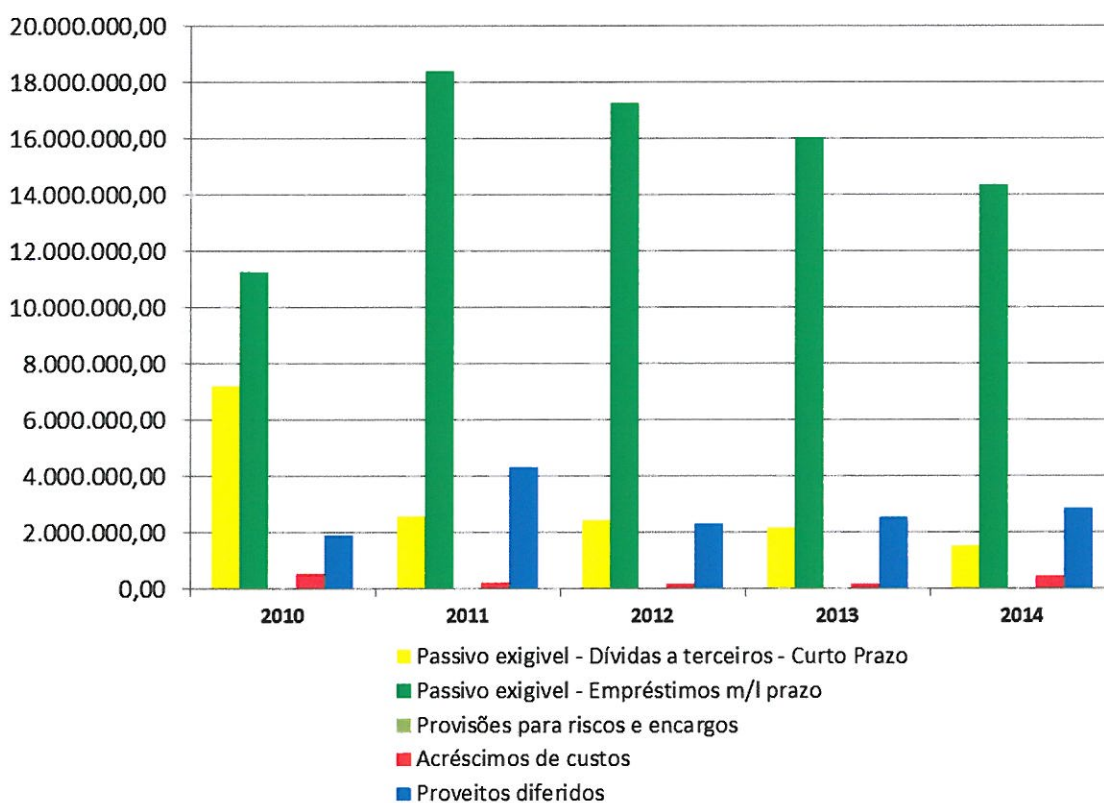
Disto nos é dado conta nos Mapas anexos às Demonstrações Financeiras – Balanço, Demonstração de Resultados, Mapa de Activo Bruto e Mapa de Amortizações.

*ps*  
*A*  
*L*  
*Portos*

### ESTRUTURA DO PASSIVO

Seguidamente apresenta-se a evolução do passivo no período 2010 a 2014. Considerando que o passivo ao incluir as rubricas de “acréscimos de custos”, “proveitos diferidos” e “provisões para riscos e encargos” pode originar análises financeiras distorcidas, apresenta-se o passivo desagregado, para que possa ser evidenciado o passivo exigível (dívidas de curto/médio e longo prazos).

**Evolução da Estrutura do Passivo no período 2010-2014**



Do lado do Passivo os acréscimos e diferimentos resultam da incorporação de custos do exercício a liquidar em exercícios futuros (acréscimos de custos), no valor de 433.446 euros, obedecendo ao princípio da especialização dos exercícios.

Os proveitos diferidos apresentam à data de 31 de Dezembro de 2014, o saldo de 2.855.913 euros referentes a subsídios ao investimento que devem ser recebidos nos exercícios seguintes, bem como a antecipação do valor das rendas da ATMAD.

*Handwritten notes:*  
A  
L  
Pontos

## **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

A demonstração de resultados evidencia a formação dos resultados num determinado período.

As notas que a seguir se apresentam visam facultar a informação necessária, visando uma melhor avaliação do conteúdo das demonstrações de resultados do Município de Torre de Moncorvo do presente ano.

A Câmara Municipal de Torre de Moncorvo apresenta, à data de 31 de Dezembro de 2014, um Resultado Líquido do Exercício negativo, no valor de 2.468.385,66 euros:

No período em referência o Resultado Líquido do Exercício teve uma diminuição percentual de cerca de 8,76% relativamente ao ano anterior.

Nos resultados operacionais mantêm em 2014 um valor negativo em virtude, dos proveitos (principalmente da prestação de serviços, das transferências e subsídios obtidos e de não se terem registado os trabalhos para a própria entidade, isto porque ainda não foi implementada no Município a contabilidade de custos) terem diminuído mais do que os custos, sendo que se pode destacar o bom desempenho dos fornecimentos e serviços externos e dos custos com pessoal e o acréscimo das transferências e subsídios correntes concedidas.

Os Resultados Financeiros mantêm em 2014 um valor negativo, ainda que abaixo dos apresentados em 2013, o que se fundamenta pela diminuição dos juros suportados decorrentes na sua essencialidade de empréstimos obtidos, bem como pela diminuição dos valores registados em “outros custos e perdas financeiras” e ainda pelo aumento do valor registado em rendimentos de imóveis.

Os Resultados líquidos negativos ressentiram-se assim da já referida redução dos resultados operacionais e da quebra nos resultados financeiros pelo agravamento dos custos e resultados extraordinários, fruto da diminuição dos proveitos, apesar da boa performance dos custos.

*Handwritten notes:*  
A  
Pontos

## RECURSOS HUMANOS DA AUTARQUIA

Tendo em conta as inúmeras atribuições e competências adstritas aos Municípios, é relevante destacar o papel dos trabalhadores, que assenta em padrões de eficiência, eficácia e elevada responsabilidade, tendo em vista dar resposta aos desafios e problemas que se nos deparam no desenvolvimento da atividade autárquica.

Atualmente, para os Municípios não existem limites legais às despesas com pessoal como acontecia anteriormente, apenas estão subordinados às limitações legais à admissão de pessoal.

O artigo 62.º da Lei nº2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) permitia, até 2009, a fixação, através da Leis do Orçamento do Estado, de limites anuais para as despesas com pessoal, incluindo a contratos de avença, tarefa e aquisição de serviços a pessoas singulares.

No entanto, a partir da aprovação da Lei nº3-B/2010 de 28 de Abril (Orçamento de Estado para 2010), no seu artigo 23.º passou a haver limitações à admissão de pessoal, já com a aprovação da Lei nº 55-A/2010 de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2011), esta tendência manteve-se, como também, através do seu artigo 43.º vem proibir todos os Municípios que se encontrem em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de rutura financeira de abrir procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída.

Em 2012, a Lei nº64-B/2011 de 30 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2012), estabelece nos seus artigos 46.º a 48.º, para além do referido nas disposições legais anteriormente descritas, limites para o recrutamento de trabalhadores e regras para a redução de cargos dirigentes e de trabalhadores nas autarquias locais.

Em 2013, no âmbito da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2013) - artigo 27.º veio introduzir as reduções remuneratórias dos vencimentos, bem como no seu artigo 59.º manter a redução do nº de trabalhadores.

Em 2014 a Lei 83 C/2013 de 31 de Dezembro, manteve as mesmas condições no artigo 33º para as reduções remuneratórias e artigo 62º e 63º para a redução de trabalhadores nas autarquias locais.

Durante o ano de 2014, foram abertos procedimentos concursais para contratação de recursos humanos a termo certo, na componente de apoio à família, atividades extracurriculares.

De seguida podemos verificar e comparar, o pessoal ao serviço em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2014:




 A  
 L. A.  
 U. P.

Pessoal ao Serviço 31 de Dezembro de 2013

		Técnico Superior	Assistente Técnico - Total	Assistente Técnico - Dos quais afectos à área da	Assistente Operacional - Total	Assistente Operacional - Dos quais afectos à área da	Informática	Fiscais Municipais	Outros - Total	Outros - Dos quais afectos à área da educação	Total afecto à área da educação	Total
Nomeação	E:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	S:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CTFP tempo indeterminado	E:	16	39	0	75	0	3	2	0	0	0	135
	S:	0	4	0	4	0	0	1	0	0	0	9
CTFP a termo resolutivo certo	E:	5	4	4	23	21	1	0	8	8	33	41
	S:	4	2	2	13	11	0	0	4	4	17	23
CTFP a termo resolutivo incerto	E:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	S:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comissão de serviço	E:	1	7	0	1	0	0	0	1	0	0	17
	S:	1	5	0	1	0	0	0	0	0	0	11
Outras situações	E:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	S:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	E:	22	50	4	99	21	4	2	9	8	33	193
	S:	5	11	2	18	11	0	1	4	4	17	43

Pessoal ao Serviço 31 Dezembro de 2014

		Técnico Superior	Assistente Técnico - Total	Assistente Técnico - Dos quais afectos à área da educação	Assistente Operacional - Total	Assistente Operacional - Dos quais afectos à área da educação	Informática	Fiscais Municipais	Outros - Total	Outros - Dos quais afectos à área da educação	Total afecto à área da educação	Total
Nomeação	E:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	S:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CTFP tempo indeterminado	E:	15	35	0	72	0	3	1	0	0	0	126
	S:	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3
CTFP a termo resolutivo certo	E:	1	4	4	22	22	0	0	8	8	34	35
	S:	1	2	2	11	11	0	0	4	4	17	18
CTFP a termo resolutivo incerto	E:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	S:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comissão de serviço	E:	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	6
	S:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras situações	E:	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	S:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	E:	17	42	4	94	22	3	1	8	8	34	168
	S:	2	3	2	12	11	0	0	4	4	17	21

Podemos então verificar que em 31 de Dezembro de 2013 existiam 150 trabalhadores ao serviço, já em 31 de Dezembro de 2014 existiam 147 trabalhadores, ou seja houve uma redução de 3 trabalhadores, cumprindo assim o estipulado no artigo 62º e 63º da Lei 83 C/2013 de 31 de Dezembro (LOE 2014).

Ao longo do ano de 2014, efetuaram-se inscrições de 15 pessoas em ações de formação, num total de 126 horas – 10 ações de formação, num montante total pago pelo Município de 2.325 euros, dando resposta a dois grandes objetivos:

- o proporcionar uma aprendizagem atualizada, uma formação que se pretende continua e um complemento para as insuficiências habilitacionais adquiridas, visando o desenvolvimento intelectual, social e profissional e facultando a aquisição de novas competências exigidas; e
- o formação especializada vocacionada para o desenvolvimento de competências específicas, sobretudo decorrentes de profundas alterações legislativas.

*Handwritten notes:*  
L. 17  
L. 18  
L. 19  
L. 20  
L. 21  
L. 22  
L. 23  
L. 24  
L. 25  
L. 26  
L. 27  
L. 28  
L. 29  
L. 30  
L. 31  
L. 32  
L. 33  
L. 34  
L. 35  
L. 36  
L. 37  
L. 38  
L. 39  
L. 40  
L. 41  
L. 42  
L. 43  
L. 44  
L. 45  
L. 46  
L. 47  
L. 48  
L. 49  
L. 50  
L. 51  
L. 52  
L. 53  
L. 54  
L. 55  
L. 56  
L. 57  
L. 58  
L. 59  
L. 60  
L. 61  
L. 62  
L. 63  
L. 64  
L. 65  
L. 66  
L. 67  
L. 68  
L. 69  
L. 70  
L. 71  
L. 72  
L. 73  
L. 74  
L. 75  
L. 76  
L. 77  
L. 78  
L. 79  
L. 80  
L. 81  
L. 82  
L. 83  
L. 84  
L. 85  
L. 86  
L. 87  
L. 88  
L. 89  
L. 90  
L. 91  
L. 92  
L. 93  
L. 94  
L. 95  
L. 96  
L. 97  
L. 98  
L. 99  
L. 100

Área de Formação	Entidade Formadora	Designação	Acções de Formação			Custo de inscrição
			N.º de pessoas inscritas	Duração horas p/ formação	N.º de acções	
DT-OP	IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Regime Jurídico da urbanização e da edificação	2	14	1	540,00
DT-OP	IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Licenciamento de instalações de armazenamento e abastecimento de combustíveis	1	7	1	85,00
DAF	IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Elaboração dos documentos previsionais para 2015 no âmbito do novo regime financeiro das autarquias locais e LOE 2014	3	7	1	270,00
DAF	IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Procedimento da liquidação das taxas e processo de execução fiscal nas autarquias locais	1	21	1	265,00
DAF	Fundação CEFA	Nova Lei geral do trabalhador funções públicas	2	7	1	200,00
DT-OP	IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Caderno de encargos: boas práticas	1	7	1	90,00
DAF	Fundação CEFA	Seminário LOE 2014	2	7	1	100,00
DT-OP	Escola Superior Agrária de Bragança	Seminário-Fogos Florestais	1	7	1	10,00
DAF	IP BRICK	Formação IPBrick Basic certification	1	14	1	615,00
DT	Escola Prática de Formação	Formação continua de motoristas e pesados de mercadorias	1	35	1	150,00
<b>Total Global</b>			<b>15</b>	<b>126</b>	<b>10</b>	<b>2.325,00</b>



*Handwritten signature and initials*  
J. V. Santos

---

# PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

## RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PSF - 2014



*Handwritten initials*

*Handwritten mark*

*Handwritten signature: Luis Lopes*

---

Índice

---

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2. MEDIDAS DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO .....</b>	<b>2</b>
<b>3. IMPACTOS FINANCEIROS DAS MEDIDAS PRECONIZADAS NO PSF.....</b>	<b>2</b>
<b>4. EXECUÇÃO DA RECEITA.....</b>	<b>3</b>
<b>5. EXECUÇÃO DA DESPESA .....</b>	<b>3</b>
<b>6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....</b>	<b>4</b>
<b>7. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO .....</b>	<b>12</b>
<b>8. ENDIVIDAMENTO .....</b>	<b>13</b>
<b>9. DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>14</b>



*Handwritten signatures and initials:*  
A blue star-like mark.  
A signature that appears to be "João" or "João L. Pinto".  
The name "L. Pinto" written below.

## 1. Introdução

No cumprimento dos deveres de reporte previstos na legislação de suporte aos processos de acompanhamento dos municípios abrigo de programas de saneamento financeiro, vem o Município de Torre de Moncorvo apresentar o Relatório Anual da Execução do Saneamento Financeiro à Direção Geral da Administração Local, após aprovação do mesmo pela Assembleia Municipal do Município.

Com efeito, a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (LFL) e o Decreto-Lei n.º 38/2008, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho, foram revogados, com entrada em vigor, em 1 de janeiro de 2014, pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, introduzindo alterações nas regras que se aplicam aos municípios em situação de saneamento financeiro e de recuperação financeira municipal.

No entanto, o artigo 86.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina que ***“para os contratos de saneamento e reequilíbrio existentes à data de entrada em vigor da presente lei, bem como para os planos de ajustamento previstos na Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, aplicam-se as disposições constantes da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho”***.

A Assembleia Municipal, em reunião ordinária realizada em 06 de Setembro de 2010, sob proposta da reunião do órgão executivo realizada no dia 20/08/2010, deliberou aprovar um Plano de Saneamento Financeiro e, conjuntamente, a contratação de um empréstimo bancário no valor de Euros 9.400.000,00, junto da Caixa Geral de Depósitos, de que obteve o competente visto do Tribunal de Contas em 27 de Janeiro de 2011.

O presente Relatório Anual de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro procurará, nos termos definidos para o cumprimento das obrigações inerentes ao programa de saneamento financeiro evidenciar o cumprimento rigoroso de todas as disposições legais aplicáveis e evidenciar através da análise comparativa da evolução da execução orçamental e do cumprimento dos objetivos do plano, eventuais desvios que possam ter ocorrido.

A avaliação da execução orçamental e da evolução patrimonial do município, onde se inclui a evolução do endividamento e o cumprimento com as obrigações decorrentes do serviço da dívida terão por base a informação financeira constante dos documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2014, os quais foram auditados e certificados por revisor oficial de contas independente.

A linha de crédito disponibilizadas e contratualizada com a Caixa Geral de Depósitos foi integralmente utilizada.



↑  
Pontes

## 2. Medidas do Plano de Saneamento Financeiro

A situação de desequilíbrio financeiro conjuntural e que levou ao recurso a um programa de saneamento financeiro, com o objetivo de recuperar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro estrutural da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, teve na base um conjunto sistematizado de medidas integrado no âmbito de uma intervenção financeira que permitisse, pela via do reajustamento, sanear o desequilíbrio financeiro existente.

O quadro das medidas que têm vindo a ser implementadas consubstancia-se em três eixos de intervenção: eficiência organizacional, economia e redução da despesa e aumento da receita.

O Quadro seguinte avalia o grau de implementação das medidas preconizadas no PSF.

Medidas	Execução		Observações
	Implementação	Não implementação	
<b>Eficiência Organizacional</b>			
Redução do quadro de pessoal em 10 colaboradores, quer pela via da aposentação, quer pela via da não renovação de Alguns contratos a termo certo e ainda a suspensão dos transportes urbanos (1/07/2010) e reestruturação dos transportes escolares;	x		Suspensão total dos transportes urbanos
Redução dos custos com energia eléctrica (gestão cuidada dos equipamentos eléctricos e ar condicionado, limitação dos equipamentos existentes nos edifícios, resolução dos contratos de energias nas instalações não ocupadas) e redução da iluminação pública;	x		eliminação de pontos de luz no concelho
Redução dos custos com material de escritório (racionalização dos recursos eliminando gradualmente o uso do papel, para que as reuniões de Câmara e assembleias Municipais sejam com envio da documentação em CD ou outra via eletrónica);	x		desde abril de 2011
Redução dos custos com Prémios, condecorações e ofertas (nomeadamente na aquisição de livros, artigos de artesanato, troféus, produtos regionais e outros);	x		
Redução dos custos com comunicações (renegociação dos contratos, nomeadamente controlo da faturação de telefones móveis);	x		negociado em pacote único
Redução dos custos com Seguros (renegociação de contratos e verificação de viaturas já abatidas que ainda estejam incluídas no seguro);	x		renegociação com início em 2015
Redução dos consumos de combustíveis - verificação e controlo através de cartões magnéticos;	x		controlo mensal e por viatura
Alteração dos procedimentos de cobrança de receitas e de controlo compras; (Utilização intensiva da Plataforma eletrónica, implementação do software de obras por Administração directa, implementação da contabilidade de custos e respectiva formação);			Em implementação
Melhoria da eficiência na gestão dos activos (valorização e sua contabilização) do controlo interno das existências, ferramentas, máquinas, viaturas e obras;	x		
Formulação de critérios objectivos para a atribuição de apoios e subsídios por via da sua regulamentação. Limitação dos investimentos e das actividades de âmbito cultural, recreativo e desportivo - redução das transferências correntes e de capital	x		
Eliminação dos juros de mora, após a aprovação da operação de saneamento Financeiro;	x		
Receita corrente adicional proveniente das produções de energia Eólica (25 novos aerogeradores) e hídrica (construção da nova barragem de baixo sabor)		x	
Alteração da taxa de resíduos sólidos urbanos, em função dos consumos de água;	x		Aguardar parecer da ERSAR
Majoração da taxa de IMI para fogos devolutos, como medida de política urbanística para incentivar o aumento da oferta nos mercados de compra e arrendamento de habitação;	x		Foi deliberado. Em fase de implementação
Receitas correntes adicionais com a cobrança das diversas taxas municipais, resultantes da revisão do Regulamento de taxas Municipais e introdução de taxas não previstas (Lei-53/2006 de 29 de Dezembro);		x	
Receita extraordinária relativa à venda de prédios.	x		vender património, nomeadamente habitação

## 3. Impactos financeiros das Medidas Preconizadas no PSF

Considerando o conjunto de medidas a que o Município de Torre de Moncorvo se propôs implementar e/ou cumprir, objetivando a recuperação da sua sustentabilidade financeira, constata-se que no final do



*Handwritten notes:*  
A  
Pontos

ano de 2014, em quase todas as medidas resultaram impactos financeiros positivos, com especial alcance na redução dos custos com o pessoal que, de 2013 para 2014 tiveram uma redução de 137.223,18 € e no período que medeia a implementação do PSF até à presente data (31.12.2014, período de 2010 a 2014) verificou-se uma redução de 1.313.994,01 €. De salientar, ainda, o aumento significativo da receita dos impostos e taxas que, no período da implementação do plano teve um crescimento de 495.338,13 € e no período de 2013 para 2014 teve um acréscimo de 40.489,53 €.

#### 4. Execução da Receita

O quadro seguinte procede à análise da receita, através da comparação entre o valor orçado para o ano de 2014 com o valor executado/cobrado.

(Análise da Receita – ano de 2014)

RECEITA				
Corrente	Valores			
	Orçamentado	Cobrado	variação	%
01- Impostos directos	723.800,00	856.970,94	133.170,94	18,40%
02- Impostos indirectos	1.950,00	2.755,15	805,15	41,29%
04- Taxas multa e penalidades	96.650,00	105.612,45	8.962,45	9,27%
05- Rendimentos propriedade	5.920,00	146,33	-5.773,67	-97,53%
06- Transferencias correntes	6.585.451,00	6.469.043,94	-116.407,06	-1,77%
07- Vendas de bens e serviços	3.132.750,00	1.895.840,22	-1.236.909,78	-39,48%
08- Outras receitas correntes	13.300,00	23.233,76	9.933,76	74,69%
	<b>10.559.821,00</b>	<b>9.353.602,79</b>	<b>-1.206.218,21</b>	<b>-11,42%</b>
<b>Capital</b>				
09- Venda de bens de investimento	6,00	166.822,28	166.816,28	2780271,33%
10- Transferencias de capital	1.764.274,65	1.116.921,79	-647.352,86	-36,69%
11 - Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
12- Passivos financeiros	400.200,00	400.000,00	-200,00	-0,05%
13- Outras Receitas de Capital	200,00	48.591,10	48.391,10	24195,55%
Receitas de capital	<b>2.164.680,65</b>	<b>1.732.335,17</b>	<b>-432.345,48</b>	<b>-19,97%</b>
15- Outras receitas	148,05	27.854,69	27.706,64	
	<b>2.164.828,70</b>	<b>1.760.189,86</b>	<b>-404.638,84</b>	<b>-18,69%</b>
16- saldo gerencia anterior	723.075,46	0,00		
	<b>13.447.725,16</b>	<b>11.113.792,65</b>	<b>-1.610.857,05</b>	<b>-17,36%</b>

Constata-se pela análise do quadro supra, em relação ao controlo orçamental da receita verifica-se que a execução das receitas corrente e de capital ficaram aquém do orçamentado, com uma execução de 88,6% e 80%, respectivamente.

#### 5. Execução da Despesa

Conforme se constata no quadro seguinte, relativamente à despesa, verifica-se que houve uma diminuição de 1.631.196,52 €, relativamente ao valor orçamentado.



*φ*  
*sum*  
*A*  
*W*

(Análise da despesa – Ano de 2014)

Corrente	DESPESA			
	Valores			
	Orçamentado	Pago	Variação	%
01-Despesa com pessoal	2.928.853,13	2.927.046,99	-1.806,14	-0,06%
02-Aquisição de bens e serviços	3.313.860,71	2.965.772,48	-348.088,23	-10,50%
03-Juros e outros encargos	570.921,08	546.578,91	-24.342,17	-4,26%
04-Transferências correntes	867.909,56	689.442,71	-178.466,85	-20,56%
05--Subsídios	0	0	0,00	
06-Outras despesas correntes	92.297,71	84.675,51	-7.622,20	-8,26%
	<b>7.773.842,19</b>	<b>7.213.516,60</b>	<b>-560.325,59</b>	<b>-7,21%</b>
<b>Capital</b>				
07-Aquisições de bens de capital	2.239.991,37	1.671.136,95	-568.854,42	-25,40%
08-Transferências e capital	1.319.877,00	817.860,49	-502.016,51	-38,04%
09-Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
10-Amortização empréstimos	2.114.014,60	2.114.014,60	0,00	0,00%
11- Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
	<b>5.673.882,97</b>	<b>4.603.012,04</b>	<b>-1.070.870,93</b>	<b>-18,87%</b>
<b>Totais de Despesas</b>	<b>13.447.725,16</b>	<b>11.816.528,64</b>	<b>-1.631.196,52</b>	<b>-12,13%</b>

## 6. Análise Económica e Financeira

A análise económica e financeira, numa perspectiva de evolução em função do Plano de Saneamento Financeiro (PSF), assenta na apreciação comparativa da evolução do balanço (o qual reflete a evolução da posição financeira do Município e das suas condições para a recuperação do equilíbrio financeiro), da análise da demonstração de resultados, a qual permite interpretar as condições de sustentabilidade económica (a sua análise permite avaliar se há resultados negativos ou positivos e, por essa via, se há uma recuperação do equilíbrio de exploração, para o qual os proveitos têm de ser iguais ou superiores aos custos) e da análise da evolução dos fluxos de caixa, a qual evidencia a origem dos fluxos de despesa e receita que se consubstanciam nos pagamentos e recebimentos dos períodos em análise, ou seja permite uma apreciação complementar da situação financeira aquela que é evidenciada pelo balanço, já que as amortizações, no valor de € 4.305.965,73, que são um custo económico não envolvem um fluxo financeiro de despesa. Por essa via, é possível interpretar que, não obstante o município apresentar um resultado líquido negativo verifica-se uma recuperação financeira, já que o valor das amortizações é superior ao valor negativo do resultado líquido.

Na verdade, é da conjugação da análise destas três componentes das demonstrações financeiras que surge a possibilidade de obtermos uma análise integrada das variáveis que nos permitem compreender em que medida foram conseguidos os objetivos contidos no Plano de Saneamento Financeiro previsto no Programa de Saneamento Financeiro a que o Município aderiu e que se encontra em curso.



---

## 6.1. Análise da Evolução Financeira - Análise Comparativa dos Balanços

---

No mapa que a seguir se apresenta, o qual integra os balanços referentes aos anos de 2013 e 2014, será feita uma apresentação estruturada das diferentes rubricas do balanço, acerca da evolução do plano de saneamento financeiro, salientando-se os desvios verificados e procurando explicar os aspectos subjacentes às ocorrências dos desvios verificados.

Va verdade os balanços permitem identificar as condições de recuperação do equilíbrio financeiro projectadas no PSF, uma vez que se trata de uma peça das demonstrações financeiras que indica a origem dos financiamentos (origens de fundos), que consistem no capital próprio e capital alheio, para fazer face às respetivas aplicações que constituem, no seu conjunto, o total dos ativos.

De entre as diferentes rubricas do balanço evidenciamos os aspectos que mais influenciaram a evolução global e, simultaneamente, mais contribuíram, ou não, para a concretização dos objetivos do PSF, o qual condensa todas as rubricas do imobilizado e, de acordo com essa estrutura, a evolução entre 2010 e 2014 foi positiva como se reflete no quadro abaixo e se desdobra pelas seguintes rubricas:

### Activo:

- a) **Bens do Domínio Público** – No final de 2014 o saldo desta conta apresentava o valor bruto de € 60.333.668,24, com amortizações acumuladas de € 41.026.409,64, ou seja, um valor líquido de € 19.307.258,60. Verifica-se que, em relação a 2013, houve uma variação adicional de € 2.118.769,51, ou seja, maior volume de investimento nesta categoria de bens.
- b) **Imobilizações incorpóreas** – No final de 2014, o saldo desta conta apresentava o valor bruto de € 35.731,54 com amortizações acumuladas de € 14.845,89 ou seja, um valor líquido de € 20.885,65. Com relação ao PSF houve uma variação, para mais, de € 35.731,54 o que se traduz numa aumento, para além do previsto do mesmo montante.
- c) **Imobilizações corpóreas** – No final de 2014, o saldo desta conta apresentava o valor bruto de € 48.165.297,46, com amortizações acumuladas de € 8.538.433,72, ou seja, um valor líquido de € 39.626.863,74. Verifica-se que, em relação a 2013, houve uma variação adicional negativa de € 1.118.434,66, resultante de imobilizado em curso para imobilizações corpóreas.



φ)  
A  
L. Costa

- d) **Investimentos Financeiros** – No final de 2014, o saldo desta conta apresentava o valor de € 547.534,26. Verifica-se que, em relação a 2013, houve uma variação adicional negativa de € 7.744,39. Com relação ao PSF houve uma variação, para mais, de € 206.993,24, o que se traduz num aumento, para além do previsto de € 128.189,00.
- e) **Existências** – No final de 2014 o saldo desta conta apresentava saldo nulo. Verifica-se que, em relação ao PSF houve uma variação, para menos, de € 30.992. Com efeito, o Município não regista as compras, contabilizando-as como custo das mercadorias/materiais (fornecimentos e serviços externos) ou imputando-as diretamente às obras (~~não tem existências~~)
- f) **Cientes, Contribuintes e Utentes** – No final de 2014 o saldo desta conta apresentava o valor global de € 162.629,38. Verifica-se que, em relação a 2013, houve uma redução de € 27.967,64. Com relação ao PSF houve uma variação, para menos, de € 13.089,62, o que se traduz numa redução, para além do previsto de € 175.719,00.



*Handwritten notes:*  
A  
L. Ponto

Código das contas POCAL	Activo	DEZEMBRO 2013			DEZEMBRO 2014			Desvio € Dez. 2013/2014
		ACTIVO BRUTO	AMORT. E PROV.	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO BRUTO	AMORT. E PROV.	ACTIVO LÍQUIDO	
	<b>Imobilizado:</b>							
	<b>Bens de domínio público</b>							
451	Terrenos e recursos naturais	811.159,31	-	811.159,31	888.242,66	-	888.242,66	77.083,35
452	Edifícios	1.790.929,95	1.117.343,11	673.586,84	1.790.929,95	1.211.224,50	579.705,45	-
453	Outras construções e infra-estruturas	54.263.541,03	36.397.605,46	17.865.935,57	56.234.963,87	39.815.185,14	16.419.778,73	1.971.422,84
455	Bens de património histórico, artístico e cultural	175,00	-	175,00	-	-	175,00	-
459	Outros bens de domínio público	-	-	-	-	-	-	-
445	Imobilizações em curso	1.349.093,44	-	1.349.093,44	1.419.356,76	-	1.419.356,76	70.263,32
446	Adiantamento por conta de Bens de domínio público	-	-	-	-	-	-	-
		<b>58.214.888,73</b>	<b>37.514.948,57</b>	<b>20.699.950,16</b>	<b>60.333.668,24</b>	<b>41.026.409,64</b>	<b>19.307.258,60</b>	<b>2.118.769,51</b>
	<b>Imobilizações incorpóreas:</b>							
431	Despesas de instalação	-	-	-	-	-	-	-
432	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	35.630,14	9.649,83	25.980,31	35.630,14	14.845,89	20.784,25	-
433	Propriedade Industrial e outros direitos	101,40	-	101,40	101,40	-	101,40	-
443	Imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-
449	Adiantamento por conta de Imobilizações Incorpóreas	-	-	-	-	-	-	-
		<b>35.731,54</b>	<b>9.649,83</b>	<b>26.081,71</b>	<b>35.731,54</b>	<b>14.845,89</b>	<b>20.885,65</b>	-
	<b>Imobilizações Corpóreas:</b>							
421	Terrenos e recursos naturais	6.211.978,47	-	6.211.978,47	6.419.586,64	-	6.419.586,64	207.608,17
422	Edifícios e outras construções	20.310.442,94	5.068.189,14	15.242.253,80	22.747.850,99	5.768.245,37	16.979.605,62	2.437.408,05
423	Equipamento Básico	1.439.879,40	1.108.223,42	331.655,98	1.770.624,54	1.311.566,36	459.058,18	330.745,14
424	Equipamento de transporte	915.302,82	769.843,79	145.459,03	984.121,35	820.690,08	163.431,27	68.818,53
425	Ferramentas e Utensílios	88.908,03	83.903,58	5.004,45	437.789,01	154.608,51	283.180,50	348.880,98
426	Equipamento Administrativo	424.647,68	399.688,92	24.958,76	500.512,88	446.391,66	54.121,22	75.865,20
427	Taras e Vasilhames	-	-	-	-	-	-	-
429	Outras Imobilizações Corpóreas	273.399,69	30.495,21	242.904,48	278.247,95	36.931,74	241.316,21	4.848,26
442	Imobilizações em curso	19.619.173,09	-	19.619.173,09	15.026.564,10	-	15.026.564,10	(4.592.608,99)
448	Adiantamento por conta de Imobilizações Corpóreas	-	-	-	-	-	-	-
		<b>49.283.732,12</b>	<b>7.460.344,06</b>	<b>41.823.388,06</b>	<b>48.165.297,46</b>	<b>8.838.433,72</b>	<b>39.626.863,74</b>	<b>(1.118.434,68)</b>
	<b>Investimentos Financeiros:</b>							
411	Partes de Capital	212.352,02	-	212.352,02	212.352,02	-	212.352,02	-
412	Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-	-	-	-
414	Investimentos em Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
415	Outras aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
441	Imobilizações em curso	342.926,63	-	342.926,63	335.182,24	-	335.182,24	(7.744,39)
447	Adiantamento por conta de Investimentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-
		<b>555.278,65</b>	<b>-</b>	<b>555.278,65</b>	<b>547.534,26</b>	<b>-</b>	<b>547.534,26</b>	<b>(7.744,39)</b>
	<b>Circulante</b>							
	<b>Existências:</b>							
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-	-	-	-	-	-
35	Produtos e Trabalhos em Curso	-	-	-	-	-	-	-
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-	-	-
33	Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
32	Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
37	Adiantamento por conta de compras	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Dívidas de Terceiros Médio-Longo Prazo</b>							
28	Empréstimos concedidos	-	-	-	-	-	-	-
218	Clientes, Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa	-	35.956,79	(35.956,79)	-	37.295,60	(37.295,60)	-
268	Outros Credores	-	-	-	-	-	-	-
		<b>-</b>	<b>35.956,79</b>	<b>(35.956,79)</b>	<b>-</b>	<b>37.295,60</b>	<b>(37.295,60)</b>	<b>-</b>
	<b>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:</b>							
28	Empréstimos concedidos	-	-	-	-	-	-	-
211	Clientes c/c	-	-	-	-	-	-	-
212	Contribuintes c/c	-	-	-	-	-	-	-
213	Utentes c/c	130.133,93	-	130.133,93	113.634,08	-	113.634,08	(16.499,85)
218	Clientes, Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa	60.463,09	-	60.463,09	48.995,30	-	48.995,30	(11.467,79)
251	Devedores pela execução do orçamento	-	-	-	-	-	-	-
229	Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
2619	Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-	-	-	-
24	Estado e outros entes públicos	2.460,20	-	2.460,20	2.513,08	-	2.513,08	52,88
264	Administração Autárquica	-	-	-	-	-	-	-
262+263+267+268+22	Outros devedores	673.568,25	-	673.568,25	670.158,93	-	670.158,93	(3.409,32)
		<b>866.826,47</b>	<b>-</b>	<b>866.826,47</b>	<b>835.301,39</b>	<b>-</b>	<b>835.301,39</b>	<b>(31.324,08)</b>
	<b>Títulos negociáveis</b>							
151	Ações	-	-	-	-	-	-	-
152	Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-	-	-	-
153	Títulos da dívida pública	-	-	-	-	-	-	-
159	Outros títulos	-	-	-	-	-	-	-
18	Outras aplicações de tesouraria	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Depósitos Bancários e Caixa:</b>							
12	Depósitos em instituições financeiras	1.218.299,52	-	1.218.299,52	461.952,79	-	461.952,79	(756.346,73)
11	Caixa	4.314,80	-	4.314,80	3.435,18	-	3.435,18	(879,62)
		<b>1.222.614,32</b>	<b>-</b>	<b>1.222.614,32</b>	<b>465.387,97</b>	<b>-</b>	<b>465.387,97</b>	<b>(757.226,35)</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>							
271	Acréscimos de proveitos	126.687,57	-	126.687,57	111.781,31	-	111.781,31	(14.906,26)
272	Custos diferidos	21.574,57	-	21.574,57	30.105,23	-	30.105,23	8.530,66
		<b>148.262,14</b>	<b>-</b>	<b>148.262,14</b>	<b>141.886,54</b>	<b>-</b>	<b>141.886,54</b>	<b>(6.375,60)</b>
	<b>Total de Amortizações</b>		<b>44.984.942,46</b>			<b>49.579.649,25</b>		
	<b>Total de provisões</b>		<b>35.956,79</b>			<b>37.295,60</b>		
	<b>Total do Activo</b>	<b>110.327.142,97</b>	<b>45.020.899,25</b>	<b>65.306.243,72</b>	<b>110.524.807,40</b>	<b>49.616.984,85</b>	<b>60.907.822,65</b>	<b>197.664,43</b>

Código das contas POCAL		Exercícios		Desvio €
		DEZEMBRO 2013	DEZEMBRO 2014	Dez. 2013/2014
	<b>Fundos próprios e passivo</b>			
	<b>Fundos próprios:</b>			
51	Património	62.072.094,24	62.078.824,24	6.730,00
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-	-	-
56	Reservas de Reavaliação	-	-	-
	<b>Reservas:</b>			
571	Reservas legais	847.999,28	847.999,28	-
572	Reservas estatutárias	-	-	-
573	Reservas contratuais	-	-	-
574	Reservas livres	-	-	-
575	Subsídios	-	-	-
576	Doações	864.030,00	864.030,00	-
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	-	-	-
59,00	Resultados transitados	(16.734.662,46)	(19.598.731,93)	(2.864.069,47)
88	Resultado Líquido do Exercício	(2.705.789,58)	(2.468.385,66)	237.403,92
		<b>44.343.671,48</b>	<b>41.723.735,93</b>	<b>(2.619.935,55)</b>
	<b>PASSIVO:</b>			
292	Para outros riscos e encargos	5.000,00	5.000,00	-
	<b>Dívidas a terceiros – Médio e longo prazo:</b>			
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	16.050.663,15	14.336.510,95	(1.714.152,20)
217	Clientes e utentes c/caução	908,46	908,46	-
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	-	-	-
268	Outros Credores	-	-	-
		<b>16.056.571,61</b>	<b>14.342.419,41</b>	<b>(1.714.152,20)</b>
	<b>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:</b>			
2311+12	Empréstimos de curto prazo	-	-	-
269	Adiantamento por conta de vendas	-	-	-
221	Fornecedores c/c	1.241.121,57	906.019,01	(335.102,56)
228	Facturas em recepção e conferência	-	-	-
252	Credores pela execução do orçamento	-	-	-
217	Clientes e utentes c/caução	50.071,07	52.254,12	2.183,05
219	Adiantamento de Clientes, Contribuintes e utentes	-	-	-
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	813.410,91	518.186,71	(295.224,20)
24	Estado e outros entes públicos	70.876,15	71.942,13	1.065,98
264	Administração Autárquica	1.000,00	-	(1.000,00)
262+263+267+268+21	Outros Credores	1.965,48	3.905,74	1.940,26
		<b>2.178.445,18</b>	<b>1.552.307,71</b>	<b>(626.137,47)</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>			
273	Acréscimos de Custos	189.557,21	433.446,27	243.889,06
274	Proveitos Diferidos	2.537.998,24	2.855.913,23	317.914,99
		<b>2.727.555,45</b>	<b>3.289.359,50</b>	<b>561.804,05</b>
	<b>Total do Passivo.....</b>	<b>20.962.572,24</b>	<b>19.184.086,62</b>	<b>(1.778.485,62)</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do Passivo</b>	<b>65.306.243,72</b>	<b>60.907.822,55</b>	<b>(4.398.421,17)</b>

### Passivo

- a) **Provisões para riscos e encargos** – No final de 2014 o saldo desta conta apresentava o valor global de € 42.295,60. Verifica-se que, em relação a 2013, houve uma variação adicional positiva de € 1.338,81. Com relação ao PSF houve uma variação, para mais, de € 42.295,60 pelo facto de o PSF não contemplar o reconhecimento de provisões.
- b) **Dívidas a terceiros a médio e longo prazo** – No final de 2014 o saldo desta conta apresentava o valor global de € 14.337.419,41, nos quais se incluía o valor da dívida a instituições de crédito de € 14.336.510,95. e que, em relação a 2013, teve um diminuição de € 1.714.152,20. Com relação ao PSF houve uma variação, para mais, de € 235.160,95 o que se traduz numa aumento, para além do previsto de € 14.101.350,00 no nível de endividamento previsto no PSF.

- φ:  
L. Porto
- c) **Dívidas a terceiros a curto prazo** – No final de 2014 o saldo desta conta apresentava o valor global de € 1.552.307,71 nos quais se incluía o valor da dívida a instituições de crédito de € 0, o valor da dívida a fornecedores de € 906.019,01 e que, em relação a 2013, teve um diminuição de € 335.102,556, o valor da dívida ao Estado e outros Entes Públicos de € 71.942,13 e que, em relação a 2013, teve um aumento de € 1.065,98, o valor da dívida a “outros credores” de € 3.905,74 e que e que, em relação a 2013, teve um aumento de € 1.940,26. Com relação ao PSF houve uma variação, para mais, de € 761.708,71 com especial destaque para a rubrica de “ 221 – Fornecedores c/c” que teve um acréscimo em relação ao previsto e que se traduziu numa aumento, no nível de endividamento previsto no PSF.
- d) **Acréscimo de custos** – No final de 2014 o saldo desta conta apresentava o valor global de € 433.446,27. Verifica-se que, em relação a 2013, houve uma variação adicional positiva de € 243.889,06, ou seja, maiores responsabilidades (dívida) nesta categoria de passivos. Com relação ao PSF houve uma variação, para menos, de € 77.656,73, o que se traduz numa redução, para além do previsto de € 511.103,00.
- e) **Proveitos Diferidos** – No final de 2014 o saldo desta conta apresentava o valor global de € 2.855.913,23 Verifica-se que, em relação a 2013, houve uma variação adicional positiva de € 317.914,99. Com relação ao PSF houve uma variação, para menos, de € 4.909.094,77, o que se traduz numa redução, para além do previsto de € 7.765.008,00.

#### Fundos Próprios

- a) Os fundos próprios apresentam em 31 de Dezembro de 2014 o valor global de € 41.723.735,93, o que, em relação a 2013, representa uma diminuição de € 2.619.935,55 sendo responsáveis por essa evolução as rubricas de resultados transitados e resultado líquido, que tiveram, respetivamente, um decréscimo de € 237.403,92 e uma diminuição de € 2.864.069,47, o que, naturalmente, se traduziu num aumento, nesse montante, das necessidades de financiamento alheio ou, em alternativa, de redução de ativos para manter a situação de equilíbrio. Com relação ao PSF a evolução prevista para os fundos próprios era, para 2014, de € 11.754.293,00 o que se reflete numa melhoria de € 29.969.442,93, em relação ao previsto.

## 6.2. Análise Comparativa da Demonstração de Resultados

De acordo com a evolução de 2013 para 2014, e tendo em atenção o quadro das previsões feitas no Plano de Saneamento Financeiro (PSF) são de assinalar os seguintes aspectos:

Código das Contas		DEZEMBRO 2013	Plano San. Financeiro (PSF)	DEZEMBRO 2014	Desvio € Dez. 2013/2014	Desvio € Dez. 2014/PSF
<b>Custos e Perdas</b>						
61	Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas:					
	Mercadorias					
	Matérias	0,00	185.951,00	0,00	0,00	-185.951,00
62	Fornecimentos e serviços externos	2.908.195,94	2.950.085,00	3.308.566,58	400.370,64	358.481,58
	Custos com o pessoal:	3.099.644,17	4.276.415,00	2.962.420,99	-137.223,18	-1.313.994,01
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	603.934,55	318.912,00	783.534,39	179.599,84	464.622,39
66	Amortizações do exercício	4.051.252,78	2.118.806,00	4.305.965,73	254.712,95	2.187.159,73
67	Provisões do exercício	4.603,96		1.338,81	-3.265,15	1.338,81
65	Outros custos e perdas operacionais	37.757,29	16.029,00	28.923,72	-8.833,57	12.894,72
	(A)	<b>10.705.388,69</b>	<b>9.866.198,00</b>	<b>11.390.750,22</b>	<b>685.361,53</b>	<b>1.524.552,22</b>
68	Custos e perdas financeiros	708.415,25	510.725,00	514.557,34	-193.857,91	3.832,34
	(C)	<b>11.413.803,94</b>	<b>10.376.923,00</b>	<b>11.905.307,56</b>	<b>491.503,62</b>	<b>1.628.384,56</b>
69	Custos e perdas extraordinários	1.549.327,51	1.754.458,00	881.761,05	-667.566,46	-872.696,95
	(E)	<b>12.963.131,45</b>	<b>12.131.381,00</b>	<b>12.787.068,61</b>	<b>-176.062,84</b>	<b>655.687,61</b>
88	Resultado líquido do exercício	<b>-2.705.789,58</b>	<b>1.789.093,00</b>	<b>-2.468.385,66</b>	<b>237.403,92</b>	<b>-4.257.478,66</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>						
	Vendas e prestações de serviços					
7111	Vendas de mercadorias	0,00	0,00	161.722,28	161.722,28	161.722,28
'7112+7113	Venda de produtos	293.226,93	301.897,00	268.022,47	-25.204,46	-33.874,53
712	Prestações de serviços	816.638,02	1.324.736,00	752.002,91	-64.635,11	-572.733,09
72	Impostos e taxas	1.719.999,60	1.265.151,00	1.760.489,13	40.489,53	495.338,13
	Varição de Produção			0,00		
75	Trabalhos para a própria empresa	0,00	879.310,00	0,00	0,00	-879.310,00
73	Proveitos suplementares	27.083,44		13.095,85	-13.987,59	13.095,85
74	Transferências e subsídios correntes obtidos	7.314.853,20	9.623.960,00	7.190.537,18	-124.316,02	-2.433.422,82
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	63.618,00	0,00	0,00	-63.618,00
	(B)	<b>10.171.801,19</b>	<b>13.458.672,00</b>	<b>10.145.869,82</b>	<b>-25.931,37</b>	<b>-3.312.802,18</b>
78	Proveitos e ganhos financeiros	2.926,30	3.319,00	40.233,26	37.306,96	36.914,26
	(D)	<b>10.174.727,49</b>	<b>13.461.991,00</b>	<b>10.186.103,08</b>	<b>11.376,59</b>	<b>-3.275.887,92</b>
79	Proveitos e ganhos extraordinários	82.614,38	458.483,00	132.579,87	49.965,49	-325.903,13
	(F)	<b>10.257.341,87</b>	<b>13.920.474,00</b>	<b>10.318.682,95</b>	<b>61.341,08</b>	<b>-3.601.791,05</b>
	<b>Resultados Operacionais: (B)-(A)</b>	<b>-533.587,50</b>	<b>3.592.474,00</b>	<b>-1.244.880,40</b>	<b>-711.292,90</b>	<b>-4.837.354,40</b>
	<b>Resultados Financeiros: (D)-(C-A)</b>	<b>-705.488,95</b>	<b>-507.406,00</b>	<b>-474.324,08</b>	<b>231.164,87</b>	<b>33.081,92</b>
	<b>Resultados Correntes: (D)-(C)</b>	<b>-1.239.076,45</b>	<b>3.085.068,00</b>	<b>-1.719.204,48</b>	<b>-480.128,03</b>	<b>-4.804.272,48</b>
	<b>Resultados Líquido do Exercício: (F)-(E)</b>	<b>-2.705.789,58</b>	<b>1.789.093,00</b>	<b>-2.468.385,66</b>	<b>237.403,92</b>	<b>-4.257.478,66</b>

### Proveitos:

- Vendas** – De acordo com a evolução constante da Demonstração de Resultados as vendas de mercadorias e produtos tiveram um aumento de € 136.517,82 a que correspondem 47%. Com relação ao previsto no PSF verificou-se um desvio, para mais, de € 127.847,75 a que correspondem 42%.
- Prestação de Serviços** – De acordo com a evolução constante da Demonstração de Resultados as prestações de serviços tiveram um decréscimo de € 64.635,11 a que corresponde uma diminuição 8%. Com relação ao previsto no PSF verificou-se um desvio, para menos, de € 572.733,09 a que correspondem 43%.



- c) **Impostos e Taxas** - De acordo com a evolução constante da Demonstração de Resultados os "impostos e Taxas" tiveram um aumento de € 40.489,53 a que corresponde 2%. Com relação ao previsto no PSF verificou-se um desvio, para mais, de € 495.338,13 a que corresponde 39%. De assinalar que a coleta de impostos e taxas que mais influenciou essa variação foram:
- d) **Transferências e Subsídios Obtidos** – De acordo com a evolução constante da Demonstração de Resultados as "Transferências e Subsídios obtidos" tiveram uma diminuição de € 124.316,02 a que corresponde 2%. Com relação ao previsto no PSF verificou-se um desvio, para menos, de € 2.433.422,82 a que corresponde 25%.
- e) **Trabalhos para a Própria Entidade** – Não houve qualquer relevação contabilística nesta rubrica, pelo facto de as obras executadas por administração direta não estarem a ser valorizadas, pelo que não houve qualquer variação registada. Todavia no PSF estava previsto o valor de € 879.310,00.
- f) **Proveitos e Ganhos Financeiros** – De acordo com a evolução constante da Demonstração de Resultados os proveitos e ganhos financeiros tiveram um aumento de € 37.306,96. Com relação ao previsto no PSF verificou-se um desvio, para mais, de € 36.914,26.
- g) **Proveitos e Ganhos Extraordinários** – De acordo com a evolução constante da Demonstração de Resultados os proveitos e ganhos extraordinários tiveram um aumento de € 49.965,49 a que corresponde 60%. Com relação ao previsto no PSF verificou-se um desvio, para menos, de € 325.903,13 a que corresponde 71%.

**Custos:**

- a) **Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas** – Não houve qualquer relevação contabilística nesta rubrica. Todavia no PSF estava previsto o valor de € 185.951,00.
- b) **Fornecimentos e Serviços Externos** – De acordo com a evolução constante da Demonstração de Resultados os fornecimentos e serviços externos tiveram um aumento de € 400.370,64 a que corresponde 14%. Com relação ao previsto no PSF verificou-se um desvio, para mais, de € 358.481,58 a que correspondem 12%.
- c) **Custos com Pessoal** - De acordo com a evolução constante da Demonstração de Resultados os custos com o pessoal tiveram uma diminuição de € 137.223,18 a que corresponde 4%. Com relação ao previsto no PSF verificou-se um desvio, para menos, de € 1.313.994,04 a que correspondem 31%.

- d) **Amortizações** – De acordo com a evolução constante da Demonstração de Resultados as amortizações do ativo imobilizado tiveram um aumento de € 254.712,95 a que corresponde 6%. Com relação ao previsto no PSF verificou-se um desvio, para mais, de € 2.187.159,73 a que corresponde 103%.
- e) **Provisões** – Apesar de ter havido uma diminuição de € 3.265,15 esta rubrica não tem expressão material que justifique qualquer análise adicional.
- f) **Transferências e Subsídios Correntes Concedidos** – De acordo com a evolução constante da Demonstração de Resultados as transferências correntes e subsídios concedidos tiveram um aumento de € 179.599,84 a que corresponde 30%. Com relação ao previsto no PSF verificou-se um desvio, para mais, de € 464.622,39 a que corresponde 146%.
- g) **Custos e Perdas Financeiras** – De acordo com a evolução constante da Demonstração de Resultados os custos e perdas financeiras tiveram um decréscimo de € 193.857,91 a que corresponde 27%. Com relação ao previsto no PSF verificou-se um desvio, para mais, de € 3.832,34 a que corresponde 1%.
- h) **Custos e perdas Extraordinárias** – De acordo com a evolução constante da Demonstração de Resultados os custos e perdas extraordinárias tiveram um decréscimo de € 667.566,46 a que corresponde 43%. Com relação ao previsto no PSF verificou-se um desvio, para menos, de € 872.696,95 a que corresponde 50%.

## 7. Evolução da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo

Do mapa seguinte, que faz a comparação das dívidas do Município apurada em 31/12/2014 e a prevista no PSF, constata-se um desvio negativo de 624.585 €.

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO				
Descrição	Valores PSF	Valores Executados 2014	Desvio €	Observação / Justificação
	2014			
<b>Dívida de Curto prazo</b>	<b>790 599</b>	<b>1 553 216</b>	<b>762 617</b>	
Empréstimos de CP	0	0	0	
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	0	0	0	
Outra	790 599	1 553 216	762 617	
Fornecedores c/c	274 430	906 019	631 589	
Estado e Outros Entes Públicos	88 037	71 942	-16 095	
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	
Outras Dívidas	428 132	575 255	147 123	
<b>Subtotal Curto prazo</b>	<b>790 599</b>	<b>1 553 216</b>	<b>762 617</b>	
<b>Dívida de Médio e longo prazo</b>	<b>14 101 349</b>	<b>14 336 511</b>	<b>235 162</b>	
Empréstimos	14 101 349	14 336 511	235 162	
Outros empréstimos de médio/longo prazo	14 101 349	14 336 511	235 162	
Outra	0	0	0	
Fornecedores c/c			0	
Fornecedores de imobilizado c/c			0	
Estado e Outros Entes Públicos			0	
Clientes, contribuintes e utentes			0	
Administração autárquica			0	
Outros credores			0	
<b>Subtotal Médio e longo prazo</b>	<b>14 101 349</b>	<b>14 336 511</b>	<b>235 162</b>	
<b>Total da dívida</b>	<b>14 891 948</b>	<b>15 889 727</b>	<b>997 779</b>	
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	0	373 194	373 194	
<b>Total da dívida de natureza orçamental</b>	<b>14 891 948</b>	<b>15 516 533</b>	<b>624 585</b>	





*Handwritten notes:*  
L. 2/2007  
A  
L. 38/2008

## 9. Disposições Finais

Ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- **Remeter à Assembleia Municipal** para apreciação, nos termos do artigo 40.º da LFL (Lei n.º2/2007),
- **Remeter aos membros do Governo** responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, de acordo com o definido no artigo 6º do Decreto-Lei nº 38/2008, de 7 de março;
- **Enviar à Direção Geral das Autarquias Locais;**
- **Publicar na página de Internet do Município**, após apreciação pela Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 49º da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro,
- Incluir cópia, em anexo ao **Relatório e Contas do Exercício de 2014**, para efeitos de cumprimento do nº 7 do artigo 40º da LFL (Lei n.º 2/2007) .

Torre de Moncorvo, 15 de Abril de 2015

O Presidente da Câmara Municipal



(Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, Dr.)



Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

*Handwritten signature and initials in blue ink, including the name "L. Barros".*

RELATÓRIO ANUAL  
DE  
AUDITORIA EXTERNA  
EM  
31 de Dezembro de 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE  
TORRE DE MONCORVO

Handwritten notes in blue ink: "A Contas" with a checkmark and a star-like symbol.

## RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EXTERNA

Ex.<sup>mos</sup> Membros da Assembleia Municipal do Município de Torre de Moncorvo

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo

Ex.<sup>mos</sup> Senhores Vereadores do Município de Torre de Moncorvo

Ex.<sup>mos</sup> Senhores

### Introdução

1. O presente relatório é emitido nos termos da alínea d), do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro e subsidiariamente pelos deveres de fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais e também tendo em atenção as disposições insertas no Estatuto do Revisor Oficial de Contas, mormente o veiculado no Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, aditado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

### Âmbito

2. Procedemos à revisão legal desse Município e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, de acordo com as Normas e Recomendações Técnicas aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitimos a respetiva certificação legal das contas com data de 15 de Abril de 2015.

### Trabalhos Efetuados

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento dos aspectos essenciais da gestão do Município, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com o responsável pela contabilidade da Câmara Municipal e também com o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.

Handwritten signature in blue ink.

*Vi d:  
A  
UBro*

- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pelo Município tendo, neste particular, sido feitos testes à valorização dos diferentes elementos do ativo. Verificámos ainda a sua adequada divulgação, ou não, no Anexo.
  - Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respectivo Anexo, a Demonstração de Fluxos de Caixa e seu anexo e a Demonstração de Resultados por Funções, com as normas constantes no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e demais normas contabilísticas aplicáveis.
  - Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte
  - Verificação da execução orçamental de acordo com o orçamento e plano aprovados e tendo em atenção as alterações e revisões orçamentais efetuadas.
  - Verificação do cumprimento da Lei dos Compromissos e do plano de saneamento financeiro.
  - Análise do sistema de controlo interno existente no Município, com especial incidência nas áreas de aquisições de bens e serviços, recepção de compras, aquisições e abates de imobilizado, contas a pagar, cauções e garantias prestadas por terceiros, vendas e prestações de serviços (cobrança de taxas e licenças), expedição e contas a receber, contas de custos com o pessoal tendo sido efetuados os testes de conformidade apropriados.
  - Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos.
  - Tratamentos de todos os dados do Imobilizado extraídos da aplicação POCAL e Património, para efectuar a respetiva consonância de registos entre as duas aplicações.
- 2.1- Analisámos e realizámos testes às reconciliações bancárias apresentadas pelo Município;
- 2.2- Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, fornecedores, outros devedores e credores, contencioso, seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo Município, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;

*Ca*

Lima  
J  
Lima

- 2.3- Inspeção documental dos principais elementos do imobilizado corpóreo, designadamente das aquisições efectuadas no decurso do exercício, confirmação directa da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais;
- 2.4- Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, deferimento e acréscimo;
- 2.5- Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- 2.6- Verificação das situações relacionadas com o cumprimento da legalidade e da entrega das retenções de impostos e contribuições às Entidades competentes;
- 2.7- Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros;
- 2.8- Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, em matéria de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços.
  
- 2.9- Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, à assunção da despesa.

**Informações/Anotações da auditoria e revisão das contas**

3. Assinalamos o facto de na decorrência da aplicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, a partir de 01 de Janeiro de 2014 o Município de Torre de Moncorvo ter passado a ser sujeito à auditoria/revisão de contas com a consequente emissão da certificação legal das demonstrações financeiras que integram a prestação das contas, a qual é presente à Assembleia Municipal (órgão deliberativo) a quem incumbe fazer a respetiva apreciação. Pelo facto de este ser o primeiro ano em que o Município é sujeito à certificação legal das contas e só termos iniciado funções já no segundo semestre, apesar de ainda termos apreciado a situação financeira do primeiro semestre, não nos foi, no entanto, possível obter a evidência considerada necessária sobre as asserções mensuração, plenitude e ocorrência para podermos formar uma opinião sobre os saldos de abertura, o que, sem dúvida, limita o nosso trabalho e a expressão da nossa opinião sobre as referidas demonstrações financeiras.

3

*L. Pombos*

4. Em consequência do trabalho efetuado, e para além dos aspectos referidos na certificação legal das contas datada de 15 de Abril de 2015, entendemos dever relatar o seguinte:

**4.1. Sistema de controlo interno**

- Do acompanhamento que fizemos quanto à evolução do sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

a) Com relação à área dos stocks/existências o sistema de controlo interno é inexistente e não dá qualquer garantia de ser capaz de detectar uma utilização inadequada dos activos em armazém nem, tão pouco, uma eficaz salvaguarda da sua integridade. Dos questionários que desenvolvemos concluímos sobre a não existência de registos que nos permitissem verificar a conformidade entre as requisições de materiais e os correspondentes movimentos de armazém. Além disso, em muitos casos, os materiais ainda que requisitados pelo armazém são transferidos directamente para a obra pelo fornecedor. Tal operação não é objecto de registo no armazém que, se houver sobras, não regista qualquer entrada porque também não houve registo da saída. Por tais factos não é possível a mensuração dos activos “existências”, nem enquanto matérias-primas e subsidiárias, nem no que respeita à valorização dos produtos e trabalhos em curso, pelo facto de não existir contabilidade analítica e não ser feita imputação dos custos às obras, designadamente dos custos indirectos e dos custos com pessoal;

b) Sobre a inventariação física das existências fomos informados que não são efectuadas quaisquer contagens, quer por amostragem, através de conferências parciais, quer no final do ano e, pela análise a que procedemos, nem sequer são levadas à conta de “compras” as aquisições efectuadas de matérias-primas e subsidiárias sendo, imediatamente, reconhecidas no bem do activo imobilizado correspondente ou registado, incorrectamente, na rubrica 623 – Matérias diversos. Tal situação contribui para fragilizar os mecanismos de controlo das quantidades em stock, já que o procedimento desenvolvido é contrário ao estabelecido pelo manual de procedimentos e de controlo interno, que aponta para a necessidade de um controlo permanente e sistemático dos stocks. Assim sendo, não foram feitos testes sobre a correlação entre os materiais adquiridos e em stock e os materiais consumidos, com base nas requisições e/ou afectações a obras;

*L*

L.P!  
+  
L.Ponte

c) Anotamos o facto de, não obstante o ponto 2.8.3 do POCAL (em vigor desde 2003) estabelecer a obrigatoriedade de implementar o sistema de contabilidade analítica, o mesmo não se encontrar implementado o que inviabiliza o apuramento dos custos pelo seu destino e impede a obtenção da informação necessária para avaliar a razoabilidade das taxas como contraprestação do custo com os serviços prestados e a elas sujeitos;

d) Nas obras executadas por Administração Directa não existe qualquer folha de obra que permita aferir, com fiabilidade, os custos suportados com a realização de cada obra. Verificámos que, em cada obra, apenas lhe são imputados os materiais nela consumidos, não sendo considerados nem a utilização dos equipamentos (percentual da quota de amortização e respetivos consumíveis) nem os encargos com o pessoal que nelas efectua serviços directos e, por conseguinte, não existem quaisquer registos na rubrica 75 – Trabalhos para a própria entidade. Tal facto traduz-se numa subavaliação desses activos (património) e numa idêntica subvalorização do resultado do exercício;

e) Dos testes de conformidade efectuados à área do pessoal, e do que pudemos verificar aquando da realização dos nossos trabalhos, salientamos a existência de dispositivos de controlo, quer para a presença física dos funcionários, quer para o controlo de horas produzidas e entradas e saídas. Todavia o mesmo não se encontra em funcionamento revelando uma elevada fragilidade em relação ao controlo da permanência do pessoal;

f) Relativamente aos diversos bens classificados como Imobilizado em Curso, a sua maioria foi já recepcionada provisoriamente e, nessa medida, deveriam estar registados noutras rubricas, nomeadamente em Bens de Domínio Público ou Imobilizado Corpóreo. Esta situação decorre do não recebimento das folhas de conclusão de obras nos serviços da contabilidade e traduz numa sobrevalorização dos resultados e dos ativos por desconsideração das correspondentes amortizações.

g) Chamamos a atenção para o facto de o controlo do imobilizado evidenciar algumas deficiências, nomeadamente no que concerne à verificação física periódica desses bens do ativo, de modo a controlar a sua permanência em poder do Município. Com efeito, o imobilizado é uma área com grande significado e, nessa conformidade, implica a existência de medidas de controlo interno específicas, que garantam a fiabilidade dos valores constantes nas contas do Município e a integridade dos bens registados e que são propriedade do Município. A gestão do imobilizado, designadamente, no que se refere aos seus custos de manutenção,





*hij*  
*L. Ponte*

requer um sistema de informação sujeito a permanente atualização e, ainda, complementado com um controlo físico efetuado por amostragem ao longo do exercício.

Verificámos ainda que o Município:

- não possui folhas de abate/transferência de bens classificados como imobilizado, devidamente atualizadas;
  - não possui projetos de execução de obras por administração directa, implicando o seu não reconhecimento e valorização e, também, a falta de registo contabilístico dos trabalhos efetuados pela própria entidade;
- i) Verificámos que as “folhas de carga” não estão de acordo com o conteúdo de cada compartimento, ou seja, não são atualizadas com as alterações eventualmente ocorridas;
- j) Da análise documental realizada verificamos a existência de documentos externos (fatura) com data anterior ao cabimento e à requisição externa, não cumprindo, por isso, as fases para a realização da despesa previstas na lei (autorização/fundos disponíveis, compromisso e cabimento).
- k) A entidade não cumpre o princípio da especialização de exercícios não afectando aos anos correspondentes à sua ocorrência os custos e proveitos desse ano, o que tem afectado, de forma materialmente relevante o resultado apresentado em cada exercício. Sugerimos, que nas operações de fim de exercício sejam feitas todas as regularizações relacionadas com a imputação de custos e proveitos de carácter plurianual de modo a ser cumprido o princípio da especialização dos exercícios como fundamental para a apresentação apropriada da informação financeira.

#### **4.2. Definição da Materialidade**

O nosso trabalho foi planeado com base na avaliação de um risco de controlo médio, ponderadas todas as componentes do controlo interno e a sua influência no risco de controlo global, atentos os comentários que fizemos no ponto anterior. Tendo por base os valores descritos no quadro abaixo, os quais foram retirados das demonstrações financeiras de 2013, ajustámos a materialidade global em € 330.000 e a materialidade de execução em € 214.500.

*hij*

*Li  
Limas*

	31-12-2013
Volume de Negócios	2.829.865
Total do Activo	110.327.143
Total do Activo Líquido	65.306.244
Resultado Líquido do Exercício	(2.705.790)
Total dos Gastos e Perdas	12.963.131
Total dos Rendimentos e Ganhos	10.257.342

#### **4.3 Notas sobre os trabalhos efetuados e respetivas conclusões**

##### **1 – Disponibilidades**

##### **11 – Caixa**

Em relação à tesouraria foram feitos testes de verificação dos saldos das folhas do Caixa e não detetámos qualquer divergência entre os valores inscritos nos registos e os valores em cofre que, de resto, validámos através de procedimentos analíticos feitos à data a que nos foi possível efetuar esses testes.

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro, um saldo no valor de € 3.435,18.

##### **12 – Depósitos em Instituições Financeiras**

O Município prepara reconciliações bancárias para todas as contas de Depósitos em Instituições Financeiras. O saldo global desta rubrica ascende a € 461.952,79.

Procedemos à circularização de todas as Instituições Bancárias com que o Município tem operações activas. Das 4 entidades circularizadas (CGA; BPI, Novo Banco e Crédito Agrícola) não obtivemos nenhuma resposta.

O trabalho desenvolvido consistiu em testes de verificação substantiva e de conformidade das reconciliações bancárias preparadas pelo Município o que nos permitiu concluir que as 4 contas bancárias estão adequadamente conciliadas.

Em relação às contas nos bancos “121 – CGD” e “122 – BPI”, verificámos que existem treze e duas contas bancárias, respetivamente. Todavia, na contabilidade apenas figura uma conta. Não obstante, reconciliámos, individualmente, cada uma das contas bancárias. Somos da opinião que, na contabilidade, deveriam ser criadas contas divisionárias de acordo com o como número de contas bancárias que o Município tem em cada Instituição Bancária de modo a cada uma delas refletir somente os movimentos que efectivamente lhe dizem respeito.

Em síntese, temos:

*[Handwritten signature]*

**Fernando Peixinho & José Lima**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

F:  
J:  
L:  
Contas

Conta de Razo Nº	Conta Bancária Nº	Banco Dependência	Saldo Extremo Banco	Itens de Reconciliação						Diferença	Saldo pelo Razo em 31-12-14
				Empresa		Banco		Diferença			
				Depósitos e transferências em trânsito	Cheques em trânsito	Débito não lançado no Banco	Crédito não lançado no Banco		Débito não lançado no Contabil		
1211	657030	CGD	37.855,50 €		15.410,84 €		21.535,07 €			0,00 €	909,59 €
1211	10163830	CGD	16.261,05 €		16.102,94 €					0,00 €	158,11 €
1211	16979830	CGD	775,72 €							0,00 €	775,72 €
1211	17032930	CGD	269,28 €							0,00 €	269,28 €
1211	17099030	CGD	474,23 €							0,00 €	474,23 €
1211	17280730	CGD	1.080,51 €							0,00 €	1.080,51 €
1211	17517830	CGD	446.061,62 €							0,00 €	446.061,62 €
1211	17727830	CGD	763,44 €							0,00 €	763,44 €
1211	17767730	CGD	488,70 €							0,00 €	488,70 €
1211	17783930	CGD	483,07 €							0,00 €	483,07 €
1211	18161530	CGD	622,81 €							0,00 €	622,81 €
1211	19914230	CGD	2.762,28 €							0,00 €	2.762,28 €
1221	1494760101	BPI	212,96 €							0,00 €	212,96 €
1221	14947610103	BPI	2.602,92 €							0,00 €	2.602,92 €
1231	23950003	NOVO BANCO	3.237,70 €							0,00 €	3.237,70 €
1241	40052372334	CCAM	1.049,85 €							0,00 €	1.049,85 €
1211	17726930	CGD	0,00 €							0,00 €	0,00 €
			513.001,64 €	0,00 €	31.513,78 €	0,00 €	21.535,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	461.952,79 €

Do teste de seguimento aos itens de reconciliação bancária verificámos que todos os itens pendentes em 31 de Dezembro de 2014 foram regularizados no início de 2015, pelo que damos como verificada a asserção plenitude.

## 2 – Terceiros

### 21 - Clientes

A rubrica de clientes não apresenta um saldo com materialidade significativa e o facto de serem, na sua quase totalidade, sujeitos individuais impossibilitou-nos de procedermos ao teste de circularização de saldos para a obtenção da evidência sobre o saldo em dívida.

No entanto, efetuámos os procedimentos analíticos às contas correntes dos principais devedores de modo a obtermos um grau de segurança aceitável sobre os valores constantes na informação financeira relatada. Acresce que, da análise e avaliação que fizemos ao controlo interno à área dos clientes (testes de controlo), ficámos com a convicção que os procedimentos de controlo nos permitem obter uma segurança razoável sobre os valores relevados relativamente a essas entidades.

No que respeita a rubrica “217 – Cliente e utentes c/cauções” realizámos testes substantivos à libertação de cauções e à entrega de cauções. A 31 de Dezembro a conta apresenta um saldo de € 53.162,58 registando um acréscimo de € 2.183,05 em relação ao ano anterior.

De notar que a rubrica “21.8 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa” apresenta um saldo no valor de € 48.995,30, cujas dívidas são referentes ao fornecimento de água. Deste saldo, e de acordo com o POCAL, encontram-se provisionados € 37.295,60.

O valor da rubrica “21 – Clientes/Contribuintes/Utentes” ascende a € 109.466,80.

F

L.P.  
L.P.  
L.P.  
L.P.  
L.P.

**22 - Fornecedores**

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores seleccionámos 42 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade, foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos e foi pedido a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade.

Dessas 42 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 24. Dessas 24 entidades validámos 16 através da conferência efetuada, verificámos a conciliação relativa a 6 e não foi possível conciliar 2 no montante global de € 165.646.

Das 18 entidades de que não obtivemos resposta usámos procedimentos alternativos de auditoria apesar de, mesmo assim, não termos obtido a evidência considerada necessária para formarmos opinião sobre a razoabilidade do saldo relevado na contabilidade e que ascende ao montante global de € 38.871.

*Quadro das entidades circularizadas*

Indexação	Nº Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
1	221	1039	A, AMARAL & J. AMARAL, LDA.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2	221	2283	AGRUPAMENTO DE DEFESA SANITARIA DE TORRE	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
3	221	3844	ALEXANDRE PONTES	1.866,67 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
4	221	6	ANTONIO AUGUSTO SANTOS, LDA.	19.919,84 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
5	221	841	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIO	870.477,25 €	506.869,90 €	163.807,35 €	3	NÃO CONCILIADO
6	221	32	ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA BOMBEROS VOLUNTÁ	6.750,00 €	0,00 €	6.750,00 €	2	CONCILIADO
7	221	995	ASSOCIAÇÃO DE COMERCIANTES E INDUSTRIAIS DA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
8	221	3577	AVELINO JOSÉ LOPES TAVARES	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
9	221	2444	BIOSFERA CONSTRUÇÕES UNIPessoal LDA	19.725,51 €	19.725,51 €	0,00 €	1	CONFERE
10	221	2878	BILI-CONSTRUÇÕES, LDA.	0,00 €	25.798,05 €	-25.798,05 €	2	CONCILIADO
11	221	3645	CARLOS ALBERTO BRANQUINHO BERNARDO	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
12	221	3340	CINEBOX LDA	2.152,50 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
13	221	2688	CLIMASOL-INSTALAÇÕES DE AQUECIMENTO, LDA.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
14	221	2576	COLHEVENTOS - GESTÃO E SERVIÇOS, LDA	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
15	221	3372	DISTRILIS, LDA- DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS QUIM	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
16	221	2872	EDP COMERCIAL-COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA,	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2	CONCILIADO
17	221	1982	EDP SERVIÇO UNIVERSAL, S.A.	1.440,80 €	3.279,23 €	-1.838,43 €	3	NÃO CONCILIADO
18	221	2876	ELECTROJARM, LDA.	0,00 €	0,00 €		1	CONFERE
19	221	3588	FERNANDO PEIXINHO & JOSÉ LIMA-SROC LDA	6.088,50 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
20	221	1069	FUNDAÇÃO FRANCISCO ANTONIO MEIRELES	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
21	221	2566	FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
22	221	149	GRUPO DESPORTIVO DE TORRE DE MONCORVO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
23	221	3456	HIGIMAX-SALUDE HIGIENE E SEGURANÇA UNIPesso	2.584,24 €	3.262,20 €	-707,96 €	2	CONCILIADO
24	221	1374	JOSE MANUEL SILVA ALVES	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
25	221	879	JOSE MANUEL VENTURA	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26	221	2528	LEMA D ORIGEM-EDITORIA, LDA.	3.000,01 €	150,00 €	2.850,01 €	2	CONCILIADO
27	221	3478	LUISA MARIA ASSURERA LOPO FERREIRA SEBAST	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
28	221	3587	MINFO-COMERCIO DE MICRO INFORMATICA, LDA	25.461,74 €	25.461,74 €	0,00 €	1	CONFERE
29	221	2652	MONCORVO MOV, LDA.	3.485,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
30	221	3103	NOREP-CONSULTORIA EM REABILITAÇÃO DO EDIFIC	4.218,90 €	4.218,90 €	0,00 €	1	CONFERE
31	221	142	NORDAREAS, LDA.	907,13 €	2.337,90 €	-1.430,77 €	2	CONCILIADO
32	221	3639	NOTAVEL E SUBLIME	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
33	221	2592	OPTIMUSTUBOS	5.358,80 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
34	221	3598	ORBCOM-EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMA	14.760,00 €	14.760,00 €	0,00 €	1	CONFERE
35	221	1422	PAVIMIR	6.858,24 €	6.858,24 €	0,00 €	1	CONFERE
36	221	544	PETROLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, S.A	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
37	221	1011	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE MONCORVO	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
38	221	3381	SIMULTANEO DE IDEIAS E MUSICA PRODUÇÃO DE B	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
39	221	2636	TERRA OCRE-EDICÇÕES	2.048,40 €	2.048,40 €	0,00 €	1	CONFERE
40	221	2684	TERRITÓRIOS DO COA-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOL	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
41	221	3439	TIA GO & JOCA, LDA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
42	221	3604	TOMI WORLD LDA	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

L.P.

Lima  
Lima  
Lima

*Resumo de Circularizações*

RESUMO DOS RESULTADOS DA CIRCULARIZAÇÃO	QUANTIDADE		VALOR		% T.BALANCETE DEZ. ANO N
	Nº	% CIRC.	EUROS	% CIRC.	
RESPOSTAS CONCORDANTES	16	38%	72.872	9%	8,04%
RESPOSTAS DISCORDANTES	8	19%	685.159	86%	75,62%
- Valores Comprovados	6	14%	519.514	65%	57,34%
- Valores Não Comprovados	2	5%	165.646	21%	18,28%
RESPOSTAS NÃO OBTIDAS	18	43%	38.871	5%	4,29%
- Valores Comprovados	12	29%	0	0%	0,00%
- Valores Não Comprovados	6	14%	38.871	5%	4,29%
COBRANÇAS DUVIDOSAS	0	0%	0	0%	0,00%
<b>TOTAIS</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>	<b>796.903</b>	<b>100%</b>	<b>87,96%</b>

RESUMO GLOBAL em 31/DEZ.	QUANTIDADE		VALOR	
	Nº	%	EUROS	%
TOTAL CIRCULARIZADO	42	47%	796.903	88%
TOTAL NÃO CIRCULARIZADO	48	53%	109.116	12%
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>	<b>100%</b>	<b>906.019</b>	<b>100%</b>

Em suma, com relação à rubrica global de fornecedores, obtivemos a evidência necessária para podermos ter um nível de segurança razoável sobre o valor constante nos registos, no que concerne às asserções mensuração e plenitude.

**23 - Empréstimos obtidos**

Em relação aos empréstimos obtidos verificámos que houve uma diminuição do saldo em dívida que passou de € 16.050.663,15, em 31 de Dezembro de 2013, para € 14.336.510,95 em 31 Dezembro de 2014. A diminuição de € 1.714.152,20 está associada ao pagamento das prestações de empréstimos, pese embora tenha havido a contracção de um novo financiamento junto da CGD com a finalidade de apoio a tesouraria. Da verificação à concordância dos registos contabilísticos, através da avaliação de conformidade e da realização dos testes substantivos, concluímos que todas as linhas de crédito têm a situação regularizada, ou seja, cumprindo tempestivamente as obrigações de liquidação do serviço da dívida (amortizações de capital e juros), com a exceção dos empréstimos nº 940/587-1-9.2, nº 941/387-1-9.2 e n.º 942/187-1-9.2, nº 943/987-1-9.2, os quais perfazem uma diferença global de € 14.131,92 que advém de exercícios anteriores e da qual não nos foi possível obter a evidencia substantiva necessária.

No quadro seguinte apresenta-se o resultado do teste de verificação dos empréstimos em curso:

**Fernando Peixinho & José Lima**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

*Lima*  
*4 Pontos*

Descrição	Banco	Conta	Saldo em 31-12-2014	Resposta Banco	Dif.
Empréstimo	CGD	23111	0,00	0,00 €	0,00 €
0032/787-1-9.1	CGD	23121101	107.720,97	107.720,97 €	0,00 €
834091-1-9.1	CGD	23121102	18.973,72	18.973,71 €	-0,01 €
031/987-1-9.1	CGD	23121103	18.632,81	18.632,81 €	0,00 €
1052/787-N-22	CGD	23121104	200.404,07	200.404,07 €	0,00 €
119/687-1-6	CGD	23121105	54.896,13	54.896,13 €	0,00 €
1339/987-N-22	CGD	23121107	369.704,73	369.704,73 €	0,00 €
940/587-1-9.2	CGD	23121115	22.829,70	19.567,77 €	-3.261,93 €
941/387-1-9.2	CGD	23121116	69.960,62	63.076,89 €	-6.883,73 €
942/187-1-9.2	CGD	23121117	3.749,63	2.137,60 €	-1.612,03 €
943/987-1-9.2	CGD	23121118	5.522,64	3.148,40 €	-2.374,24 €
1412/387-N-22	CGD	23121119	51.842,79	51.842,79 €	0,00 €
137/0019-N-22	CGD	23121120	206.311,31	206.311,31 €	0,00 €
138/987-N-22	CGD	23121121	247.085,87	247.085,87 €	0,00 €
1775-N-22	CGD	23121122	546.347,30	546.347,30 €	0,00 €
1614/287-1-12	CGD	23121123	90.641,38	90.641,38 €	0,00 €
1612/387-1-12	CGD	23121124	245.500,41	245.500,41 €	0,00 €
1613/487-1-12	CGD	23121125	135.962,10	135.962,10 €	0,00 €
2138/387/0019-n-22	CGD	23121126	431.033,43	431.033,43 €	0,00 €
9015/005509/891-n-22	CGD	23121129	430.980,58	430.980,58 €	0,00 €
Saneamento	CGD	23121130	8.813.240,40	8.813.240,40 €	0,00 €
003-N-22	BPI	23121202	98.096,88	98.097,12 €	0,24 €
59570-N-22	BPI	23121203	36.066,88	36.066,88 €	0,00 €
167487-N-22	BPI	23121204	105.595,58	105.595,58 €	0,00 €
004-1-11	BPI	23121205	51.000,00	51.000,00 €	0,00 €
476365,34-N-22	BPI	23121206	329.816,34	329.816,34 €	0,00 €
830040-1-20	BPI	23121207	553.751,70	553.751,70 €	0,00 €
2200-N-22	BES	23121301	51.062,37	50.857,00 €	-205,37 €
2308-1-9.1	BES	23121302	135.700,28	135.700,28 €	0,00 €
2395/250-N-22	BES	23121303	47.780,85	47.986,00 €	205,15 €
Pagar a tempo e horas	CCAM	23121402	0,00	0,00 €	0,00 €
1ª Edição-N-22	DGTF	23123401	545.723,08	545.723,08 €	0,00 €
2ª Edição-N-22	DGTF	23123402	310.566,40	310.566,40 €	0,00 €
			14.336.510,95 €	14.322.379,03 €	-14.131,92 €

A 31 de Dezembro de 2014 os empréstimos bancários, em termos da dívida total do município, representam 89% da referida dívida total.

De acordo com o mapa enviado pelo Município para DGAL, através do portal Autárquico - SIAL (Sistema de Informação Integrado de Autarquias Locais), evidencia um excesso de dívida de € 2.145.790. Todavia, mesmo havendo margem de endividamento o aumento da dívida só podia ser incrementado em 20% da margem disponível.

#### 24 - Estado

Esta rubrica inclui as relações financeiras do Município com o Estado e Segurança Social, nomeadamente, no que concerne à retenção de impostos e às contribuições resultantes do pagamento de remunerações (Seg. Social, ADSE e C.G.A.).

Em relação às rubricas referentes à conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos não detetámos nenhuma divergência entre o valor registado na contabilidade e o valor das guias que serviram de pagamento aos diferentes tributos. As contribuições e impostos retidos têm sido pagos, pontualmente, dentro do prazo previsto na lei.

*2*

Lima  
Lima  
Lima

## 25 – Devedores e Credores pela Execução do Orçamento

Em relação à conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, procedemos à verificação documental, baseada numa amostra considerada significativa, a processos de despesa, ou seja, o nosso trabalho incidiu na verificação da rubrica 25.2 – Credores pela execução do orçamento. O trabalho realizado nesta área baseou-se, essencialmente, na verificação da classificação económica, patrimonial e de todo o processo que acompanha a realização da despesa, nomeadamente, no que se refere à sua autorização, cabimento e compromisso.

Da análise documental efectuada verificámos que o Município não cumpre as fases de execução da despesa, nomeadamente na fase da proposta de cabimento, tendo sido detetadas diversas situações em que a data do cabimento é posterior à da fatura.

## 26 - Outros devedores e credores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de entidades credoras, inscritas na rubrica geral de “outros devedores e credores”, seleccionámos 20 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos.

Nessa conformidade foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos e foi pedido a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo e nos enviasse a respetiva conta corrente.

Dessas 20 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 11. Destas 11 entidades conferem 5, foi possível conciliar 3 e não foi possível conciliar 3, cujo montante global ascende a € 133.394,46.

### Quadro das entidades circularizadas

Indexação	Nº Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
1	2611	596	ANTERO ALVES PAIVA - SOC. CONSTR. LDA.	26.105,43 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
2	2611	1384	ANTÓNIO JOSÉ BARAÇAS	30.422,28 €	30.422,28 €	0,00 €	1	CONFERE
3	2611	738	BANCO BPL S.A., SOCIEDADE ABERTA	28.507,86 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
4	2611	2878	BIU-CONSTRUÇÕES, LDA.	30.422,28 €	30.422,28 €	0,00 €	1	CONFERE
5	2611	874	DINIS ALVES CORDEIRO	5.416,66 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
6	2611	3437	DST SOLAR SA	62.009,68 €	62.009,68 €	0,00 €	1	CONFERE
7	2611	1205	MANUEL JOAQUIM CALDEIRA, LDA	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
8	26131	872	ALBANO MARTINS DE PAIVA E FILHOS, LDA	3.901,61 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
9	26131	596	ANTERO ALVES PAIVA - SOC. CONSTR. LDA.	48.338,93 €	45.781,59 €	2.555,34 €	2	CONCILIADO
10	26131	160	ANTÓNIO JOSÉ BARAÇAS	49.020,07 €	0,00 €	49.020,07 €	3	NÃO CONCILIADO
11	26131	1384	ANTÓNIO JOSÉ BARAÇAS	61.050,64 €		61.050,64 €	3	NÃO CONCILIADO
12	26131	2444	BIOFERA CONSTRUÇÕES UNIPessoal LDA	43.049,26 €	19.725,51 €	23.323,75 €	3	NÃO CONCILIADO
13	26131	2878	BIU-CONSTRUÇÕES, LDA.	8.831,88 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
14	26131	680	EDIMARCO, CONSTRUÇÕES CIVIL E OBRAS LDA.	5.408,04 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
15	26131	2160	FERNANDO AUGUSTO CAVALHEIRO	2.011,50 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
16	26131	1382	GUALDIM ANSÍAS AMAIDO & FILHOS LDA	21.897,23 €	28.327,86 €	-7.430,63 €	2	CONCILIADO
17	26131	2355	IT. INSTALAÇÕES ELECTRICAS UNIP. LDA	13.484,75 €	13.284,75 €	200,00 €	2	CONCILIADO
18	26131	1307	LADARIO SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.	4.786,56 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
19	26131	1205	MANUEL JOAQUIM CALDEIRA, LDA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
20	26131	280	MARCOSO DE CARVALHO & FILHOS LDA	4.195,80 €	4.195,80 €	0,00 €	1	CONFERE

Lima

Li  
#  
L Pontes

Resumo de entidades circularizadas

RESUMO DOS RESULTADOS DA CIRCULARIZAÇÃO	QUANTIDADE		VALOR		% T.BALANCETE DEZ. ANO N
	Nº	% CIRC.	EUROS	% CIRC.	
RESPOSTAS CONCORDANTES	5	25%	122.424	26%	23,63%
RESPOSTAS DISCORDANTES	6	30%	236.839	51%	45,71%
- Valores Comprovados	2	10%	100.889	22%	19,47%
- Valores Não Comprovados	4	20%	135.950	29%	26,24%
RESPOSTAS NÃO OBTIDAS	9	45%	104.555	23%	20,18%
- Valores Comprovados	1	5%	0	0%	0,00%
- Valores Não Comprovados	8	40%	104.555	23%	20,18%
COBRANÇAS DUVIDOSAS	0	0%	0	0%	0,00%
<b>TOTAIS</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>463.818</b>	<b>100%</b>	<b>89,51%</b>

RESUMO GLOBAL em 31/DEZ.	QUANTIDADE		VALOR	
	Nº	%	EUROS	%
TOTAL CIRCULARIZADO	20	40%	463.818	90%
TOTAL NÃO CIRCULARIZADO	30	60%	54.369	10%
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>	<b>518.187</b>	<b>100%</b>

Não obstante termos procedido ao teste de circularização de saldos das contas de “Outros Devedores e Credores” (essencialmente constituídos por empresas prestadoras de serviços de empreitadas de obra pública) obtivemos um reduzido número de respostas o que, mesmo utilizando procedimentos alternativos de auditoria, não nos permitiu obter a evidência necessária para formarmos opinião sobre a razoabilidade de saldos no valor global € 240.505.

Da análise ao mapa de responsabilidades do Banco de Portugal verificámos a existência de 3 contratos de leasing, no montante global de € 28.986,00, não se encontrando os mesmos relevados contabilisticamente.

Face às circunstâncias descritas damos com obtida evidência para formação da nossa opinião sobre a razoabilidade dos saldos de fornecedores / outros credores, designadamente quanto à verificação da asserção mensuração e existência.

**27 - Acréscimos e Diferimentos**

Em relação a esta rubrica, verificámos todos os procedimentos de especialização de exercícios, nomeadamente as suas estimativas e respetiva consistência.

P



*Fernando Peixinho & José Lima*  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

L. P.  
L. P.  
L. P.

Rubrica	Descrição	31-12-2013	31-12-2014	Desvio €	Desvio %
<b>27</b>	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>	<b>-2.579.293,31</b>	<b>-3.147.472,96</b>	<b>-568.179,65</b>	<b>22%</b>
<b>271</b>	<b>Acréscimos de proveitos</b>	<b>126.687,57</b>	<b>111.781,31</b>	<b>-14.906,26</b>	<b>-12%</b>
2711	Juros a receber	15,13	0,00	-15,13	-100%
2712	Impostos a receber	25.910,25	24.736,18	-1.174,07	-5%
2713	Água	87.803,95	80.085,70	-7.718,25	-9%
2714	Rendas a receber	12.724,77	6.482,78	-6.241,99	-49%
2715	Passes escolares a receber	233,47	476,65	243,18	104%
<b>272</b>	<b>Custos diferidos</b>	<b>21.574,57</b>	<b>30.105,23</b>	<b>8.530,66</b>	<b>40%</b>
2721	Seguros liquidados	21.574,57	23.327,70	1.753,13	8%
2723	Rendas liquidadas	0,00	6.777,53	6.777,53	#DIV/0!
<b>273</b>	<b>Acréscimos de custo</b>	<b>-189.557,21</b>	<b>-433.446,27</b>	<b>-243.889,06</b>	<b>129%</b>
2732	Remunerações a liquidar	-169.300,00	-372.000,00	-202.700,00	120%
2734	Electricidade a liquidar	-9.449,39	-51.428,55	-41.979,16	444%
2735	Despesa de comunicação a liquidar	-4.314,54	-3.325,21	989,33	-23%
2736	Gasoleo a liquidar	-6.306,87	-6.326,12	-19,25	0%
2737	GASOLINA A LIQUIDAR	-186,41	-366,39	-179,98	97%
<b>274</b>	<b>Proveitos diferidos</b>	<b>-2.537.998,24</b>	<b>-2.855.913,23</b>	<b>-317.914,99</b>	<b>13%</b>
2741	RENDAS ANTECIPADAS	-1.397.386,08	-1.319.753,52	77.632,56	-6%
2745	Subsídios para investimentos	-598.581,48	-994.129,03	-395.547,55	66%
2749	Outros proveitos diferidos	-542.030,68	-542.030,68	0,00	0%

#### **Acréscimos de Proveitos**

Esta rubrica apresenta um saldo de € 111.781,31, desagregado da seguinte forma: € 24.736,18 referente à estimativa da coleta do imposto Municipal (IMI, IMT e IUC), € 80.085,70 relacionado com a água (água, resíduos sólido, taxa de disponibilidade e saneamento), € 6.482,78 associado às rendas de Dezembro e € 476,65 referente aos passes escolares

#### **Custos Diferidos**

O saldo desta rubrica diz respeito aos prémios de seguro em que o período de cobertura vai para lá do fim do exercício de 2014. A conta "2723 – Rendas Liquidadas" apresenta um saldo de € 6.777,53 resultante de um erro de contabilização.

#### **Acréscimos de Custos**

Esta rubrica evidencia os custos a imputar ao próprio exercício e cuja despesa só ocorre em 2015, ainda que não tenham documentação vinculativa. O Município considerou nesta rubrica as remunerações e respectivos encargos sociais devidas por motivo de férias, subsídio de férias, electricidade, comunicações e combustíveis. Todavia conforme se alcança pelo quadro acima na conta "2732 – Remunerações a Liquidar" apresenta um desvio face ao período homólogo de € 202.700,00 pelo facto de em 2013 apenas ter sido especializado o correspondente às férias e encargos com as férias.

L

*L. J. Lima*  
*Revisor*

Dos testes realizados, apurámos faturas datadas de 2013 e registadas em 2014, bem como, faturas datadas de 2014 registadas em 2015. Tal facto, reflecte-se de forma materialmente relevante na expressão do resultado do exercício, uma vez que os montantes em causa não são equivalentes de um ano para o outro, ou seja, em 2014 foram registadas faturas referentes a 2011, 2012 e 2013 no valor global € 538.522,23 e, em 2015, foram registadas faturas de 2014 no valor de € 190.828,40. Recomendamos, no entanto, que se proceda à regularização dos documentos de 2014 registados em 2015 através da rubrica “59 – Resultados transitados” para que os custos sejam reconhecidos no ano a que respeitam, ou seja, cumprir com o princípio da especialização dos exercícios na prestação de contas de 2015.

#### **Proveitos Diferidos**

Em 31 de Dezembro de 2014 esta conta apresenta um saldo global de € 2.855.913,23 desagregado pelas seguintes contas:

- “2741 – Rendas antecipadas” apresenta um saldo de € 1.319.753,52 referente às rendas vencidas e vincendas no prazo de concessão (até 2031), decorrentes da integração das infra-estruturas municipais no sistema multimunicipal, conforme consta no “acordo de transacção”.
- “2745 – Subsídios para investimentos” apresenta um saldo de € 994.129,03 não sendo possível obter a evidência considerada necessária sobre a sua razoabilidade, derivado das seguintes situações:
  - Os subsídios ao investimento não se encontram registados individualmente mas por entidade financiadora, como por exemplo PRODER, ON.2 e QREN;
  - Não obtivemos os contratos de financiamento;
  - Não existe um mapa de apoio que identifique os bens a que diz respeito cada subsídio;
  - O reconhecimento do proveito não tem por base a percentagem de financiamento em relação a amortização de cada bem.
- “2749 – Outros proveitos diferidos” apresenta um saldo de € 542.030,68 o qual advém do saldo de abertura e para o qual não nos foi possível obter a evidência considerada necessária sobre a sua razoabilidade

Em suma, no que concerne a conta “274 – Proveitos diferidos”, não estamos em condições de formar uma opinião no que a asserção existência, plenitude e mensuração diz respeito.

*Q*

φ:  
L  
Loreto

## 29 – Provisões

Do teste de circularização efetuado ao advogado/jurista, de acordo com a resposta obtida não existem processos interpostos contra o Município. No corrente exercício foi efectuado um reforço de € 1.338,81 associado aos clientes/contribuintes/utentes de cobrança duvidosa.

Em 31 de Dezembro de 2014 esta rubrica apresenta um saldo de € 42.295,60 sendo € 37.295,60 referente a cobranças duvidosas e € 5.000 de processos judiciais e, sobre os quais, não obtivemos a evidencia considerada necessária sobre a sua razoabilidade.

## 3 - Inventário/Existências

Verificámos que a informação financeira do Município não evidencia quaisquer valores relativos a existências em armazém, ou seja, não existe qualquer relevação contabilística dessa classe de activos sendo os materiais adquiridos para obras e registados, generalizadamente, como custo do exercício.

Verificámos, também, que não existe qualquer registo dos materiais que se destinam às obras, não sendo elaborada, para cada obra, uma folha de obra para registar os consumos (requisições) do armazém e o pessoal e gastos gerais afectos a cada obra.

De qualquer modo em 31 de Dezembro, tendo em atenção as facturas relativas às aquisições, existem existências em armazém, assim como obras em curso realizadas por administração directa, mas que não se encontram tratadas como trabalhos para a própria entidade. Tal facto traduz-se numa subavaliação desses activos e numa idêntica subvalorização dos fundos próprios e dos proveitos.

Além disso, as existências em armazém não são sujeitas a inventariação física, quer ao longo do exercício, através de testes de amostragens, quer no final do exercício a todos os bens e, por conseguinte, não existem listagens dos inventários.

## 4 – Imobilizado

### 41- Investimentos Financeiros

Durante o exercício de 2014 esta rubrica não registou nenhum movimento, conforme se verifica no quadro abaixo.

*[Handwritten signature]*

*L.P.*  
*J.L.*  
*Trás-os-Montes*

Verificámos que o saldo desta rubrica diz respeito à participação social na empresa “Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.”, no valor de € 154.552,00 e à participação na entidade “Gesturdouro, L.da.” no valor de € 57.800,00. Não obstante da análise ao relatório de Gestão de 2013 verificámos que o Município faz referência à participação societária na entidade Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda., cuja participação é de € 3.741,00 o correspondente a 4,55% (corroborado com a certidão permanente da participada), a mesma não se encontra registada na contabilidade.

De acordo com o n.º 4 do art.º 17 da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, o Município tinha a obrigatoriedade de subscrever para o FAM (Fundo de Apoio Municipal) o montante de € 553.206,38. Por tal facto deverá ser reconhecido na conta 41 – Investimentos Financeiros o valor da participação no Fundo por contrapartida do passivo correspondente. Chamamos, no entanto, a atenção para o facto de o SATAPOCAL ter através de uma circular informativa explicado que estes registos tinham de ser relevados nas contas de 2014. Acrescenta ainda que esta situação não coloca em causa a comparabilidade, pelo facto de não relevar para efeitos de cálculo do limite da dívida total.

**Investimentos Financeiros**  
**Resumo do movimento Anual**

Nº	Conta do Razão Descrição	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2013	Movimentos			Reavaliação (se aplicável)	Saldo Razão em 31-12-2014
				Aumentos	Abates	Transferênc.		
411	Partes de Capital		212.352,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		212.352,00 €
4111	Associações de Municípios		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
4112	Empresas Municipais e Intermunicipais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
4113	Empresas Privadas ou Cooperativas		212.352,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		212.352,00 €
	- Águas Trás os Montes		154.552,00 €	0,00 €				154.552,00 €
	- Gesturdouro		57.800,00 €					57.800,00 €
			212.352,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	212.352,00 €

**42- Imobilizado Corpóreo**

Em relação ao imobilizado corpóreo verificámos as aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte, assim como as transferências/correções de imobilizado.

Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes, ou seja, damos como verificada a asserção mensuração. Em 31 de Dezembro de 2014 apresenta um saldo de € 33.138.733,36.

*h*

**Fernando Peixinho & José Lima**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

*Handwritten signature and initials*

**Imobilizado Corpóreo**  
Resumo do movimento Anual

Nº	Conta do Razão Descrição	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2013	Movimentos			Reavaliação (se aplicável)	Saldo Razão em 31-12-2014
				Aumentos	Alienações	Transferência, o Abates		
421	Terrenos e Recursos Naturais		6.211.978,47 €	207.608,17 €	0,00 €	0,00 €		6.419.586,64 €
422	Edifícios e O.Construções		20.310.442,94 €	2.552.244,75 €	101.645,92 €	-13.190,78 €		22.747.850,99 €
423	Equipamento Básico		1.439.879,40 €	342.252,02 €	0,00 €	-11.506,88 €		1.770.624,54 €
424	Equipamento de Transporte		915.302,82 €	68.818,53 €	0,00 €	0,00 €		984.121,35 €
425	Ferramentas e Utensílios		88.908,03 €	349.125,24 €	0,00 €	-244,26 €		437.789,01 €
426	Equipamento Administrativo		424.647,68 €	76.028,56 €	0,00 €	-163,36 €		500.512,88 €
427	Taras e Vasilhames		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
429	Outras Imob. Corpóreas		273.399,69 €	4.848,26 €	0,00 €	0,00 €		278.247,95 €
			29.664.559,03 €	3.600.925,53 €	101.645,92 €	-25.105,28 €	0,00 €	33.138.733,36 €

**43- Imobilizado Incorporado**

Relativamente ao Imobilizado Incorporado, não se verificaram registos no decurso do exercício de 2014, apresentado um saldo de € 35.731,54.

**44 - Imobilizado em Curso**

**Imobilizado Em Curso**  
Resumo do movimento Anual

Nº	Conta do Razão Descrição	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2013	Movimentos			Reavaliação (se aplicável)	Saldo Razão em 31-12-2014
				Aumentos	Abates	Transferência		
441	Imobilizações em Curso de Investimentos Financeiros		342.926,63	0,00	0,00	-7.741,39		335.182,24
442	Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas		19.619.173,09	347.754,54	0,00	-4.940.363,53		15.026.564,10
443	Imobilizações em Curso de Imobilizações Incorporadas		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
445	Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público		1.349.093,44	121.919,40	0,00	-31.656,08		1.419.356,76
446	Adiantamentos por Conta de Bens de Domínio Público		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
447	Adiantamentos por Conta de Investimentos Financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
448	Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corpóreas		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
449	Adiantamentos por Conta Imobilizações Incorporadas		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
			21.311.193,16	469.673,94	0,00	-4.999.764,00	0,00	16.781.103,10

Os movimentos ocorridos, no decurso do ano de 2014, em "Imobilizado em Curso", têm por base a realização de obras e a transferência para Imobilizado Corpóreo com base nos autos de receção provisória. Das indagações realizadas verificamos que entre a divisão de obras e o património não existe comunicação tempestiva no que concerne a existência dos autos de receção provisória. Tal facto origina a não transferência de Imobilizado em Curso para Imobilizado Corpóreo/Bens de Domínio Público e por conseguinte o não reconhecimento das respectivas amortizações. Em 31 de Dezembro de 2014 esta conta apresenta um saldo de € 16.781.103,10.

*Handwritten signature*



*L. J. Peix*  
*Portos*

### **Amortizações**

Procedemos à realização do teste às amortizações do exercício realizando a correlação entre a aplicação POCAL e aplicação Património. Dos testes efetuados verificámos que a conta “6624 – Equipamento de transporte” não se encontra devidamente parametrizada pelo facto de a mesma não integrar o saldo directamente na conta “662 – Imobilizações corpóreas” mas na conta “66222 – Outras construções”.

### **5 - Fundos Próprios**

A rubrica de Património registou um aumento de € 6.730,00 associada a inventariação de um terreno adquirido pelo Município em 1983 o qual não foi inventariado e, por conseguinte não englobado no balanço inicial. A conta de Reservas Legais manteve-se inalterada desde Dezembro de 2013. No que respeita à rubrica “59 – Resultados Transitados”, verificámos o reconhecimento de custos de períodos anteriores a 2014, registo de correcção de amortizações e aplicação de resultados de 2013.

O quadro abaixo evidencia os saldos dos movimentos ocorridos em 2013 e 2014, nas contas da classe 5 – Fundos Próprios:

Rubrica	Descrição	31-12-2013	31-12-2014	Desvio €	Desvio %
5	FUNDOS PROPRIOS	-47.049.461,06	-44.192.121,59	2.857.339,47	-0,06
51	PATRIMÓNIO	-62.072.094,24	-62.078.824,24	-6.730,00	0,00
57	RESERVAS	-1.712.029,28	-1.712.029,28	0,00	0,00
59	RESULTADOS TRANSITADOS	16.734.662,46	19.598.731,93	2.864.069,47	0,17

### **6 – Custos e proveitos**

#### **61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas**

##### **1. Descrição**

A rubrica “61 – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” não consta nas contas do Município, em concordância com o facto de não haver registo do movimento de existências.

##### **2. Trabalho Efectuado**

Procedemos à análise do controlo interno, nomeadamente, em relação à aquisição de materiais para as obras realizadas com pessoal da autarquia.

*Ch*

9:  
L-  
#  
Loreto

### 3. Conclusões

O material adquirido para as obras realizadas por administração directa é imputado directamente ao imobilizado correspondente, mas, na maioria das situações, é registado na rubrica "623 – Materiais Diversos". Ora, de acordo com a normalização contabilística aplicável (POCAL) as obras executadas por administração directa são, de duas uma: ou um ativo imobilizado, sempre que a sua utilização venha a ser feita por mais do que um período e, nessa condição amortizável de acordo com a sua vida económica útil, ou um custo de conservação e reparação se as intervenções feitas se destinarem a garantir a manutenção das condições de funcionamento das infra-estruturas e dos equipamentos.

## 62 – Fornecimentos e Serviços Externos

### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2.908.195,94	3.308.566,58	400.370,64	13,77%
621	Subcontratos	264.815,25	255.644,35	-9.170,90	-3,46%
622	Fornecimentos e serviços	2.468.764,21	2.685.815,85	217.051,64	8,79%
62211	Electricidade	555.027,90	635.596,79	80.508,89	14,51%
622121	Gasóleo	110.161,56	89.225,38	-20.936,18	-19,00%
622122	Gasolina	5.285,62	4.997,64	-287,98	-5,45%
622123	Outros	61.970,23	38.713,42	-23.256,81	-37,53%
62213	Água	153.070,74	399.000,37	245.929,63	160,66%
62214	Outros fluidos	0,00	2.446,89	2.446,89	#DIV/0!
62215	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.054,47	3.265,70	2.211,23	209,70%
62216	Livros e documentação técnica	0,00	59,89	59,89	#DIV/0!
62217	Material de escritório	16.890,74	13.788,53	-3.102,21	-18,37%
62218	PREMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	25.235,56	31.293,02	6.057,46	24,00%
62219	Rendas e alugueres	94.683,26	28.932,27	-65.750,99	-69,44%
62220	FORMAÇÃO	2.917,29	26.160,28	23.242,99	796,73%
62221	Despesas de representação	40.956,91	27.759,41	-13.197,50	-32,22%
62222	Comunicação	87.450,70	62.306,53	-25.144,17	-28,75%
62223	Seguros	46.372,92	65.658,11	19.285,19	41,59%
62225	Transportes de mercadorias	30.866,87	10.788,45	-20.078,42	-65,05%
62226	Transportes de pessoal	4.463,60	4.605,74	142,14	3,18%
62227	Deslocações e estadas	16.489,57	13.790,70	-2.698,87	-16,37%
62229	Honorários	10.343,68	13.879,96	3.536,28	34,19%
62230	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	1.193,90	0,00	-1.193,90	-100,00%
62231	Contencioso e notariado	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
62232	Conservação e reparação	40.016,45	13.289,45	-26.727,00	-66,79%
62233	Publicidade e propaganda	39.459,86	61.418,55	21.958,69	55,65%
62234	Limpeza, higiene e conforto	393.179,40	443.666,29	50.486,89	12,84%
62235	Vigilância e segurança	5.349,00	0,00	-5.349,00	-100,00%
62236	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	309.083,63	184.855,00	-124.228,63	-40,19%
62237	Alimentação (cantina municipal)	24.744,94	3.571,68	-21.173,26	-85,57%
62238	Alimentação (prestação de serviços)	6.591,14	8.288,95	1.697,81	25,76%
62239	ASSISTENCIA TECNICA	4.721,65	10.443,93	5.722,28	121,19%
62240	Alimentação (cantina ensino basico)	18.552,70	19.965,38	1.412,68	7,61%
62241	Material de educação, cultura e recreio	5.061,52	5.017,59	-43,93	-0,87%
62243	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	183,56	12.662,42	12.478,86	6798,25%
62244	Material de transporte	19.160,46	43.727,48	24.567,02	128,22%
62250	Encargos de cobrança	44.778,42	44.944,40	165,98	0,37%
62291	SERVIÇO PRESTADO NA MESA DE VOTO	11.829,60	8.457,92	-3.371,68	-28,50%
62298	Outros fornecimentos e serviços	281.616,36	353.297,73	71.681,37	25,45%
623	Materiais diversos	174.616,48	164.196,18	-10.420,30	-5,97%
629	---	0,00	202.910,20	202.910,20	#DIV/0!

L



9:  
A  
L Pontes

## 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao ano anterior e, em função dessa análise, procedemos à verificação e análise dos principais documentos de suporte de modo a obtermos a evidência julgada como necessária nas circunstâncias.

## 3. Conclusões

Verificámos que o valor global da rubrica “fornecimentos e serviços externos”, comparando com o período homólogo de 2013, aumentou € 400.370,64, ou seja 13,77%.

Assim, passamos a identificar as rubricas que registaram maior variação, bem como as que contribuíram para este aumento de custos:

- “62211 – Eletricidade”, registou um aumento no valor de € 80.508,89 o que equivale a 14,51%, subjacente ao aumento do consumo de iluminação publica, verificando-se um aumento de pontos de luz solicitados pelas freguesias;
- “62213 – Água”, registou um aumento de € 245.929,63, devendo-se essencialmente a um erro de contabilização no exercício de 2013, ou seja, foi registado um estorno em duplicado;
- “62219 – Rendas”, registou uma diminuição de € 65.750,99 associado ao aditamento ao contrato com a REFER referente a utilização da ecopista, deixando a REFER de facturar o valor da renda;
- “62234 – Limpeza, higiene e conforto”, registou um aumento de € 50.486,89, devendo-se essencialmente a um erro de contabilização no exercício de 2013, ou seja, foi registado um estorno em duplicado;
- “62236 – Outros trabalhos especializados”, registou uma diminuição de € 124.228,63, devendo-se a projectos que eram de anos anteriores a 2013 e que terminaram em 2013;
- “623 – Materiais diversos”, registou uma diminuição de € 10.420,30. Dos testes realizados verificamos despesas que ao nível de classificação orçamental foram classificadas como despesas de capital quando deveriam ser despesas correntes. Concomitantemente a classificação patrimonial deverá merecer maior atenção, uma vez que existem custos que não se enquadram nesta conta (exemplo mão de obra).

E

*4)*  
*A*  
*Portos*

- “629 - ...” face ao período homólogo registou um aumento de € 202.910,20 associada a uma Nota de Lançamento decorrente de uma correcção ao imobilizado em curso (Projecto n.º 87 – Qualificação ambiental da Foz do Sabor no valor de € 327.649,16). Da análise a que procedemos aos documentos associados a este projecto verificamos que todos eles foram objecto de participação por parte do FEDER e, concomitantemente, mencionam a obra supra, logo estamos perante imobilizado em curso e não custo do exercício, pese embora o auto de recepção definitiva aluda, apenas, o montante de € 124.739,96.  
Chamamos atenção para o facto de a conta não possuir descritivo.

Da análise documental realizada verificamos a existência de documentos externos (fatura) com data anterior ao cabimento e a requisição externa, não cumprindo por isso as fases de realização da despesa previstas na lei.

### 63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais

#### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
63	TRANSFER.E SUBS.CORRENTES CONCEDID.E PREST.SOCIAIS	603.934,55	783.534,39	179.599,84	29,74%
631	Transferências correntes concedidas	603.934,55	783.534,39	179.599,84	29,74%
6311	Administrações públicas	55.051,16	219.827,60	164.776,44	299,32%
6312	Administrações privadas	545.617,19	560.496,89	14.879,70	2,73%
6313	Famílias	3.266,20	3.209,90	-56,30	-1,72%

#### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

#### 3. Conclusões

As transferências correntes, concedidas pelo Município, aumentaram, globalmente, € 179.599,84. Salientamos o aumento de transferências efetuadas para as Administrações públicas (Freguesias e Associações de Municípios) no valor de € 164.776,44. Da análise documental efetuada não detetámos situações que possam ser consideradas desajustadas nem susceptíveis de qualquer reparo. O aumento prende-se essencialmente com o aumento substancial nas transferências para a Associação de Municípios do Douro Superior, referente ao acordo de regularização de dívida entre o Município a referida Associação.

*4*

*L. Lima*  
*Revisores*

**64 – Custos com Pessoal**

**1. Conteúdo**

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
64	CUSTOS COM O PESSOAL	3.099.644,17	2.962.420,99	-137.223,18	-4,43%
641	Remunerações dos órgãos autárquicos	122.080,08	104.687,37	-17.392,71	-14,25%
642	Remunerações do pessoal	2.237.714,18	2.210.084,70	-27.629,48	-1,23%
6421	Remunerações base do pessoal	1.955.337,45	1.954.940,68	-396,77	-0,02%
64211	Pessoal dos quadros	1.660.073,03	1.592.950,29	-67.122,74	-4,04%
64212	Pessoal em qualquer outra situação	288.967,59	360.305,92	71.338,33	24,69%
64214	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	6.296,83	1.684,47	-4.612,36	-73,25%
6422	Suplementos de remunerações	264.979,61	236.200,42	-28.779,19	-10,86%
6423	Prestações sociais directas	17.397,12	18.943,60	1.546,48	8,89%
645	Encargos sobre remunerações	455.880,96	489.429,99	33.549,03	7,36%
6452	Segurança social dos funcionários públicos	335.361,34	365.344,07	29.982,73	8,94%
6453	Segurança social - regime geral	120.519,62	124.085,92	3.566,30	2,96%
646	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	36.531,36	12.872,32	-23.659,04	-64,76%
648	Outros custos com pessoal	247.437,59	145.346,61	-102.090,98	-41,26%
6481	Despesas de saúde	199.809,36	93.730,40	-106.078,96	-53,09%
6483	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS	210,09	1.344,45	1.134,36	539,94%
6489	Outros	31.740,41	50.271,76	18.531,35	58,38%

**2. Trabalho Efetuado**

Efetuámos os testes de conformidade às rubricas relacionadas com os custos com o pessoal, designadamente a verificação, por amostragem, de dois meses de processamento de remunerações e procedemos à análise dos diferentes agregados desta rubrica tendo verificado os procedimentos administrativos em relação ao processamento de remunerações, o que nos permitiu formar uma opinião sobre a razoabilidade do saldo relevado pela contabilidade.

**3. Conclusões**

Para além de pequenos desvios e algumas pequenas alterações em relação à conformidade dos registos efetuados, não detetámos quaisquer situações suscetíveis de apresentarem distorções materiais ou desconformidades, pelo que verificámos o cumprimento da asserção da mensuração.

Verificámos o cumprimento das reduções remuneratórias decorrentes da aplicação da Lei do Orçamento de 2014 (art. n.º 33 da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro) conjugada com a Lei n.º 75/2014 de 12 Setembro, não tendo sido detetada qualquer anomalia suscetível de anotação.

Através da análise efetuada verificámos que em relação ao período homólogo de 2013, os custos com o pessoal sofreram uma diminuição de, aproximadamente, € 137.223,18, o equivalente a 4,43%, devendo-se essencialmente á regularização da dívida à ADSE em 2013.

*L. Lima*

*Portes*

## 65 – Outros Custos e Perdas Operacionais

### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	37.757,29	28.923,72	-8.833,57	-23,40%
652	Quotizações	36.839,64	27.764,00	-9.075,64	-24,64%
658	Outros custos e perdas operacionais	917,65	1.159,72	242,07	26,38%

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

### 3. Conclusões

Da análise documental efetuada não detetámos qualquer situação suscetível de anotação. Comparativamente ao período homólogo verificou-se uma diminuição de € 8.833,57, explicado pela contabilização errada em 2013 de despesas de funcionamento da Associação de Territórios do Cda, despesas essas que foram reconhecidas como quotas.

## 66 – Amortizações do Exercício

### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	4.051.252,78	4.305.965,73	254.712,95	6,29%
662	Imobilizações corpóreas	781.412,18	1.062.361,16	280.948,98	35,95%
6622	Edifícios e outras construções	561.499,57	673.668,28	112.168,71	19,98%
6623	Equipamento básico	153.223,95	264.441,06	111.217,11	72,58%
6624	Equipamento de transporte	43.196,16	50.846,29	7.650,13	17,71%
6625	Ferramentas e utensílios	2.756,03	70.949,19	68.193,16	2474,33%
6626	Equipamento administrativo	13.974,63	46.866,10	32.891,47	235,37%
6628	Outras imobilizações corpóreas	6.761,84	6.436,53	-325,31	-4,81%
663	Imobilizações incorpóreas	5.196,06	5.196,06	0,00	0,00%
6632	Despesas de investigação e desenvolvimento	5.196,06	5.196,06	0,00	0,00%
665	Bens de domínio público	3.264.644,54	3.238.408,51	-26.236,03	-0,80%
6652	Edifícios	103.931,26	93.881,39	-10.049,87	-9,67%
6653	Outras construções e infraestruturas	3.160.713,28	3.144.527,12	-16.186,16	-0,51%

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste relativo ao cálculo das amortizações do exercício e à comparação do mapa das amortizações gerado pela aplicação do património com os valores constantes na contabilidade.

### 3. Conclusões

Dos testes realizados não detetámos qualquer distorção que coloque em causa a asserção mensuração e verificámos a observância da consistência da política contabilística.

*EL*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

Todavia, verificámos que a conta “6624 – Equipamento de transporte” não se encontra devidamente parametrizada pelo facto de a mesma não integrar o saldo directamente na conta “662 – Imobilizações corpóreas” mas na conta “66222 – Outras construções”. O aumento registado face ao período homólogo justifica-se pela passagem de imobilizações em curso para Imobilizações Corpóreas e Bens do Domínio Público.

**67 – Provisões do Exercício**

Esta rubrica apresenta um saldo de € 1.338,81, associado ao reforço referente a cobranças duvidosas de clientes, contribuintes e utentes. De acordo com a resposta da sociedade de advogados “Augusto Moura Nunes, João Rossa, Trindade Martins, José Jorge & Associados”, não existem processos judiciais demandados contra o Município.

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	4.603,96	1.338,81	-3.265,15	-70,92%
671	Para cobranças duvidosas	4.603,96	1.338,81	-3.265,15	-70,92%

**68 – Custos e Perdas Financeiras**

**1. Conteúdo**

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	708.415,25	514.557,34	-193.857,91	-27,37%
681	Juros suportados	684.137,58	498.285,26	-185.852,32	-27,17%
6811	Em moeda nacional	449.556,44	457.108,53	7.552,09	1,68%
6812	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	763,23	0,00	-763,23	-100,00%
6819	OUTROS JUROS	233.817,91	41.176,73	-192.641,18	-82,39%
688	Outros custos e perdas financeiros	24.277,67	16.272,08	-8.005,59	-32,98%

**2. Trabalho Efetuado**

Procedemos à realização do teste que nos permitiu relacionar os juros suportados com os empréstimos bancários obtidos, contrastados com a taxa de juro contratualizada. Verificámos, ainda, a sustentação das principais rubricas através da análise documental.

**3. Conclusões**

Numa análise agregada à rubrica de “custos e perdas financeiras” verificou-se uma diminuição de € 193.857,91 comparativamente a igual período do ano anterior. Esta diminuição resulta, essencialmente, da diminuição registada na conta “ 6819 – Outros juros”, com uma diminuição de € 192.641,18 referente aos diversos acordos de regularização de dívida e por conseguinte a redução de juros de mora.

*[Handwritten signature]*

P:  
L:  
L.Pontes

## 69 – Custos e Perdas Extraordinárias

### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	1.549.327,51	881.761,05	-667.566,46	-43,09%
691	Transferências de capital concedidas	1.414.294,61	785.723,87	-628.570,74	-44,44%
6911	Administrações Públicas	1.087.723,65	518.021,90	-569.701,75	-52,38%
6912	Administrações Privadas	326.570,96	267.701,97	-58.868,99	-18,03%
694	Perdas em imobilizações	128.257,66	78.648,93	-49.608,73	-38,68%
695	Multas e penalidades	1.492,59	650,65	-841,94	-56,41%
697	Correcções relativas a exercicios anteriores	3.922,59	4.413,75	491,16	12,52%
698	Outros custos e perdas extraordinários	1.360,06	12.323,85	10.963,79	806,13%

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

### 3. Conclusões

Através da análise efectuada, verificámos que, em relação ao período homólogo de 2013, os “custos e perdas extraordinárias” diminuíram, em termos globais, 43%, ou seja, € 667.566,46. A rubrica mais representativa na expressão dos custos extraordinários e que mais contribuiu para esta variação foi “transferências de capital concedidas – administrações públicas”, com uma diminuição de € 569.701,75 e “transferências de capital concedidas – administrações privadas” com uma diminuição de € 58.868,99 devendo-se a politica de redução de transferências quer para a freguesias, quer para as Associações.

Em suma não foram detetados erros ou omissões que mereçam reparo, o que nos permite assumir como verificadas a asserções mensuração e plenitude.

## 7 – Proveitos e Ganhos

### 71 – Vendas e Prestação de Serviços

#### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
71	Vendas e Prestação de Serviços	-1.109.864,95	-1.181.747,66	-71.882,71	6%
711	Vendas	-293.226,93	-429.744,75	-136.517,82	47%
7111	Mercadorias	0,00	-161.722,28	-161.722,28	#DIV/0!
7112	Produtos acabados e Intermediários	-304.117,93	-277.443,19	26.674,74	-9%
7117	Devolução de vendas	10.891,00	9.420,72	-1.470,28	-13%
712	Prestações de serviços	-816.638,02	-752.002,91	64.635,11	-8%
7121	.....	-103.453,53	-111.609,62	-8.156,09	8%
7122	.....	-705.492,57	-636.197,85	69.294,72	-10%
7127	ANULAÇÕES	5,00	4.731,43	4.726,43	94529%
7129	Outras prestações de serviços	-7.696,92	-8.926,87	-1.229,95	16%

P:  
L:  
L.Pontes

L.P.  
L. Pontes

## 2. Trabalho efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade às vendas e prestação de serviços e à análise substantiva do conteúdo e extensão dessas contas e dos saldos relevados. Para tanto efetuámos também o teste ao corte de operações. Verificámos, de entre outros, as variações ocorridas nos principais elementos destas rubricas através da análise documental. Com relação ao teste ao corte de operações verificámos o cumprimento integral da especialização dos exercícios.

## 3. Conclusões

Através da análise efetuada verificámos que, em relação ao período homólogo de 2013, as vendas e prestação de serviços registaram um aumento de € 71.882,71, ou seja, 6%. A rubrica que mais contribuiu para este aumento foi a "7111- Mercadorias", cujo valor foi de € 39.478,00, associado a vendas de diversos apartamentos. As rendas comerciais estão a ser registadas nas conta "712164 e 712211", quando o correto seria o seu registo na conta "78.3 – Rendimentos de Imoveis"

## 72 – Impostos e Taxas

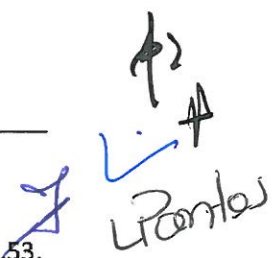
### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
72	IMPOSTOS E TAXAS	-1.719.999,60	-1.760.489,13	-40.489,53	2%
721	Impostos directos	-799.532,04	-854.624,20	-55.092,16	7%
722	Impostos indirectos	-1.763,02	-2.893,75	-1.130,73	64%
724	Taxas	-918.579,02	-894.298,67	24.280,35	-3%
725	Reembolsos e restituições	-125,52	-8.751,86	-8.626,34	6872%
726	Anulações	0,00	79,35	79,35	#DIV/0!

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade a algumas taxas cobradas e à verificação das variações ocorridas nas principais rubricas através da análise documental e tendo em conta procedimentos alternativos utilizados. Verificámos o cumprimento da especialização dos proveitos referentes a esta rubrica, designadamente o reconhecimento do IMI, Imposto Único de Circulação e IMT, referentes a este exercício e que só serão recebidos em 2015.

L.P.


  
 L. A.
   
 L. A.
   
 L. A.

### 3. Conclusões

A variação positiva ocorrida na rubrica “impostos e taxas”, no valor de € 40.489,53, deve-se, essencialmente, ao aumento registado na arrecadação de impostos directos, particularmente do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e IMT (Imposto sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis), contrastando com a redução do IUC (Imposto único de Circulação).

Da análise efetuada não detetámos nenhuma situação que mereça qualquer reparo.

## 73 – Proveitos Suplementares

### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	-27.083,44	-13.095,85	13.987,59	-52%
731	Serviços sociais	-27.033,44	-12.420,52	14.612,92	-54%
732	Aluguer de espaços e equipamento	-50,00	0,00	50,00	-100%
736	Bens não duradouros	0,00	-996,00	-996,00	#DIV/0!
737	Anulações	0,00	320,67	320,67	#DIV/0!

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização dos testes de conformidade aos proveitos suplementares e à análise substantiva do conteúdo e extensão dessas contas e dos saldos relevados.

### 3. Conclusões

Face ao período homólogo apresenta uma diminuição de € 13.987,59, sendo a conta “731 – Serviços sociais” a que maior variação apresenta, com uma diminuição de € 14.612,92 a diminuição de refeições fornecidas na cantina escolar.

## 74 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
74	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	-7.314.853,20	-7.190.537,18	124.316,02	-2%
7421	Administrações públicas	-7.314.853,20	-7.190.537,18	124.316,02	-2%
74211	Orçamento do Estado	-7.291.985,57	-7.062.882,41	229.103,16	-3%
742111	Transferências correntes	-5.948.141,57	-6.381.108,17	-432.966,60	7%
742112	Transferências de capital	-1.343.844,00	-681.774,24	662.069,76	-49%
74212	Fundos e serviços autónomos	-22.867,63	-127.654,77	-104.787,14	458%





Φ  
A  
L  
Pombas

## 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à análise dos subsídios contabilizados nesta rubrica e efetuámos a comparação dos valores constantes da comunicação oficial enviada pela DGAL, com a discriminação da participação do Município nos impostos do Estado – 2014 (FEF, FSM, IRS) com o que constava registado na contabilidade.

## 3. Conclusões

Da análise a que procedemos da comparação dos subsídios contabilizados com o mapa XIX do Orçamento de Estado para 2014 não verificámos qualquer diferença no valor registado pelo Município.

## 75 – Trabalhos para a Própria Entidade

### 1. Conteúdo

Nada consta nas contas do Município acerca desta rubrica.

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à elaboração e análise do controlo interno, nomeadamente no que respeita às obras realizadas por administração directa.

### 3. Conclusões

Salientamos o facto de o Município ter realizado trabalhos através de meios próprios, ou seja, por administração directa e não ter utilizado esta rubrica para mencionar os meios próprios e adquiridos destinados à construção das obras e imobilizado em geral, o que acabou por se traduzir numa subavaliação do resultado e numa omissão dos ativos em igual valor. Não nos foi possível determinar tais diferenças pela impossibilidade de quantificação dos ativos construídos pelo Município através dos seus próprios meios e por o Município não dispor de um sistema de contabilidade analítica que nos permitisse aferir as omissões relacionadas com esses ativos e proveitos. Não obstante, o ponto 2.8.2 do POCAL obriga, desde a sua publicação, à implementação da contabilidade analítica.

E

*Li*  
*Ponte*

## 78 – Proveitos e Ganhos Financeiros

### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	-2.926,30	-40.233,26	-37.306,96	1275%
781	Juros obtidos	-87,84	-131,20	-43,36	49%
783	Rendimentos de Imóveis		-39.419,74	-39.419,74	#DIV/0!
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	-2.838,46	-682,32	2.156,14	-76%

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de proveitos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

### 3. Conclusões

Comparativamente ao período homólogo esta rubrica apresenta uma variação positiva de € 37.306,96.

A rubrica que mais contribuiu para este aumento foi “783 – Rendimentos de Imóveis”, registado um aumento de € 39.419,74 devendo-se a alteração da política contabilística do registo da renda de imóveis. Todavia apenas foram corrigidas as rendas comerciais contabilizadas na conta “712211 – Rendas comerciais”, ficando por regularizar as rendas das lojas no interior do mercado contabilizada na conta “712164” no valor de € 12.998,18.

## 79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários

### 1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	-82.614,38	-132.579,87	-49.965,49	60%
794	Ganhos em imobilizações	-53.005,97	-5.100,00	47.905,97	-90%
795	Benefícios de penalidades contratuais	-3.660,78	-35.485,49	-31.824,71	869%
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	-10.909,58	-28.200,48	-17.290,90	158%
798	Outros proveitos de ganhos extraordinários	-15.038,05	-63.793,90	-48.755,85	324%

### 2. Trabalho Efetuado

Procedemos ao teste da variação de proveitos e à evolução dos saldos, através da verificação das principais rubricas.

*E*

\*  
L  
Contas

### 3. Conclusões

Os proveitos e ganhos extraordinários registaram um aumento, em termos globais, de € 49.965,49. As variações mais significativas e que mais contribuíram para este aumento, ocorreram nas contas “795 – Benefícios de penalidades contratuais” e “798 – Outros proveitos de ganhos extraordinários” com um acréscimo de € 31.824,71 e € 48.755,85 respetivamente. Este aumento deve-se essencialmente a activação de cauções a empreiteiros e pelo recebimento de coíma no valor de € 24.939,89.

### 4.4. Identificação de desvios entre os documentos do encerramento das contas

Relativamente a este ponto não detectámos qualquer tipo de desvio substancialmente relevante.

### 4.5. Acontecimentos Subsequentes

Não detetámos a ocorrência de acontecimentos após a data do encerramento das contas e até à data da emissão do presente relatório que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequências na informação financeira futura.

### 4.6. Cumprimento das metas orçamentais

Os quadros que a seguir se apresentam evidenciam o conteúdo dos agregados da despesa e da receita:

DESPESA				
Corrente	Valores			
	Orçamentado	Pago	Variação	%
01-Despesa com pessoal	2.928.853,13	2.927.046,99	-1.806,14	-0,06%
02-Aquisição de bens e serviços	3.313.860,71	2.965.772,48	-348.088,23	-10,50%
03-Juros e outros encargos	570.921,08	546.578,91	-24.342,17	-4,26%
04-Transferencias correntes	867.909,56	689.442,71	-178.466,85	-20,56%
05-Subsídios	0	0	0,00	
06-Outras despesas correntes	92.297,71	84.675,51	-7.622,20	-8,26%
	<b>7.773.842,19</b>	<b>7.213.516,60</b>	<b>-560.325,59</b>	<b>-7,21%</b>
<b>Capital</b>				
07-Aquisições de bens de capital	2.239.991,37	1.671.136,95	-568.854,42	-25,40%
08-Transferencias e capital	1.319.877,00	817.860,49	-502.016,51	-38,04%
09-Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
10-Amortização empréstimos	2.114.014,60	2.114.014,60	0,00	0,00%
11- Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
	<b>5.673.882,97</b>	<b>4.603.012,04</b>	<b>-1.070.870,93</b>	<b>-18,87%</b>
<b>Totais de Despesas</b>	<b>13.447.725,16</b>	<b>11.816.528,64</b>	<b>-1.631.196,52</b>	<b>-12,13%</b>

Como se pode apurar da análise do quadro acima as despesas correntes face ao orçamentado apresentam um desvio, para menos, de € 560.325,59, ou seja, 7,21%. A rubrica

G

*Handwritten notes:*  
 t1  
 A  
 4 Pontos

que maior peso teve na diminuição das despesas correntes foi a “02 – Aquisição de bens e serviços” com uma variação negativa de € 348.088,23.

Relativamente às despesas de Capital verifica-se uma diminuição face ao orçamentado de € 1.070.870,93, tendo a rubrica “07 – Aquisições de bens de capital” apresentado uma variação, para menos, de € 568.854,42 e a rubrica “08 – Transferências de capital” uma variação, para menos, de € 502.016,51.

<b>RECEITA</b>				
Corrente	Valores			
	Orçamentado	Cobrado	variação	%
01- Impostos directos	723.800,00	856.970,94	133.170,94	18,40%
02- Impostos indirectos	1.950,00	2.755,15	805,15	41,29%
04- Taxas multa e penalidades	96.650,00	105.612,45	8.962,45	9,27%
05- Rendimentos propriedade	5.920,00	146,33	-5.773,67	-97,53%
06- Transferencias correntes	6.585.451,00	6.469.043,94	-116.407,06	-1,77%
07- Vendas de bens e serviços	3.132.750,00	1.895.840,22	-1.236.909,78	-39,48%
08- Outras receitas correntes	13.300,00	23.233,76	9.933,76	74,69%
	<b>10.559.821,00</b>	<b>9.353.602,79</b>	<b>-1.206.218,21</b>	<b>-11,42%</b>
Capital				
09- Venda de bens de investimento	6,00	166.822,28	166.816,28	2780271,33%
10- Transferencias de capital	1.764.274,65	1.116.921,79	-647.352,86	-36,69%
11 - Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
12- Passivos financeiros	400.200,00	400.000,00	-200,00	-0,05%
13- Outras Receitas de Capital	200,00	48.591,10	48.391,10	24195,55%
Receitas de capital	<b>2.164.680,65</b>	<b>1.732.335,17</b>	<b>-432.345,48</b>	<b>-19,97%</b>
15- Outras receitas	148,05	27.854,69	27.706,64	
	<b>2.164.828,70</b>	<b>1.760.189,86</b>	<b>-404.638,84</b>	<b>-18,69%</b>
16- saldo gerencia anterior	723.075,46	0,00		
	<b>13.447.725,16</b>	<b>11.113.792,65</b>	<b>-1.610.857,05</b>	<b>-17,36%</b>

No que concerne às receitas correntes verifica-se uma diminuição face ao orçamentado de € 1.206.218,21 conforme se alcança a partir do quadro anterior. A rubrica que maior peso teve na diminuição das receitas correntes foi a “07 – Vendas de bens e serviços” com uma variação negativa de € 1.236.909,78.

Ao nível das receitas de capital verifica-se um decréscimo face ao orçamentado de € 404.638,84, tendo as rubricas “10 – Transferências de capital” diminuído € 647.352,86.

#### 4.7. Análise à Execução Orçamental

À data de 31 de Dezembro de 2014 a execução orçamental correspondia, genericamente, aos seguintes valores:

*Handwritten signature*

A!  
L. A.  
Contas

Rubricas	Valores Absolutos		Prev/Exec
	Previsão	Execução	%
1 - Saldo Inicial	0,00	0,00	#DIV/0!
2 - Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	#DIV/0!
3 - Receita Corrente	10.559.821,00	9.353.602,79	88,58%
4 - Despesa Corrente	7.773.842,19	7.213.516,60	92,79%
5 - Receita de Capital	2.164.828,70	1.760.189,86	81,31%
6 - Despesa de Capital	5.673.882,97	4.603.012,04	81,13%
7 - Receita Total (1+2+3+5)	12.724.649,70	11.113.792,65	87,34%
8 - Depesa Total (4+6)	13.447.725,16	11.816.528,64	87,87%

Do quadro acima verifica-se que a execução orçamental não põe em causa o princípio do equilíbrio orçamental, uma vez que a receita corrente efetivamente cobrada foi superior à despesa corrente do mesmo período.

Em relação ao controlo orçamental da receita verifica-se que a execução das receitas de capital ficou aquém do orçamentado, com uma execução de apenas 81%.

Relativamente ao controlo orçamental da despesa verifica-se um desvio negativo de 12%, sendo a execução da despesa de capital de 81%.

Em síntese, foram executados 85,26% da estimativa orçamental efetuada o que nos leva a concluir que o nível de execução orçamental ficou aquém das projecções da despesa e da receita plasmadas no orçamento de 2014.

Desiquilíbrio Orçamental se Receita Corrente < Despesa Corrente

Receita Corrente/Despesa Corrente	Previsão	Execução	%
Receita Corrente	10.559.821,00	9.353.602,79	88,58%
Despesa Corrente	7.773.842,19	7.213.516,60	92,79%
Diferença	2.785.978,81	2.140.086,19	76,82%
Desiquilíbrio Orçamental	NÃO	NÃO	

#### 4.8. Fundos Disponíveis

Conforme se verifica no quadro abaixo apurámos diferenças entre os fundos disponíveis constantes da aplicação POCAL e os fundos disponíveis enviados para a DGAL via SIAL nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Julho e Agosto. Pese embora as diferenças verificadas sejam de reduzido valor, não obtivemos a evidência considerada necessária para a sua origem.

E

**Fernando Peixinho & José Lima**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

9!  
L. A  
L. P. Costa

**FUNDOS DISPONÍVEIS**

(valores em Euros)

Teste às aós Fundos Disponíveis SIIAL vs POCAL

Mês	Dados Extraídos do SIIAL	Dados Extraídos do POCAL	Diferença SIIAL vs POCAL
Janeiro	3.813.253,08	3.813.065,55	- 187,53
Fevereiro	1.443.428,73	1.443.428,44	- 0,29
Março	1.192.584,54	1.192.584,53	- 0,01
Abril	1.812.318,00	1.812.318,10	0,10
Maió	1.686.256,28	1.686.256,28	-
Junho	1.641.993,22	1.641.993,22	-
Julho	1.547.789,90	1.547.788,04	- 1,86
Agosto	1.057.286,90	1.057.288,92	2,02
Setembro	1.065.482,47	1.065.482,47	-
Outubro	1.035.202,33	1.035.202,33	-
Novembro	1.020.199,09	1.020.199,09	-
Dezembro	1.224.607,64	1.224.607,64	-

**4.9. Efatura vs POCAL**

24 - Estado

(valores em Euros)

243 - Imposto sobre o Valor Acrescentado

Teste à correlação entre dados comunicados via Efatura vs Declarações periódicas de IVA

Período	Dados Efatura		Declaração Periódica de IVA			Desvio	
	Valor do IVA	Valor Total	Valor do IVA	Base	Valor Total	IVA	Valor Total
Janeiro	2.755,99	115.116,15	2.828,22	29.112,68	31.940,90	72,23	- 83.175,25
Fevereiro	2.290,77	104.596,76	2.290,77	26.733,76	29.024,53	-	- 75.572,23
Março	2.381,35	101.300,91	2.357,20	27.375,38	29.732,58	- 24,15	- 71.568,33
Abril	2.258,53	96.647,90	2.420,44	26.053,27	28.473,71	161,91	- 68.174,19
Maió	2.002,84	99.252,92	2.135,68	25.054,36	27.190,04	132,84	- 72.062,88
Junho	2.141,23	109.940,13	2.291,73	30.845,10	33.136,83	150,50	- 76.803,30
Julho	4.197,39	114.365,07	4.192,97	35.234,03	39.427,00	- 4,42	- 74.938,07
Agosto	5.889,40	129.207,48	5.888,94	45.950,86	51.839,80	- 0,46	- 77.367,68
Setembro	3.666,30	137.078,42	3.644,32	46.573,92	50.218,24	- 21,98	- 86.860,18
Outubro	2.521,79	112.374,67	2.509,26	32.118,83	34.628,09	- 12,53	- 77.746,58
Novembro	1.895,32	103.406,47	1.891,86	24.380,12	26.271,98	- 3,46	- 77.134,49
Dezembro	2.049,91	104.653,42	2.099,61	28.581,26	30.680,87	49,70	- 73.972,55
	34.050,82	1.327.940,30	34.551,00	378.013,57	412.564,57	500,18	- 915.375,73

Dos testes de correlação entre as declarações periódicas de IVA e a informação reportada via Efatura para Autoridade Tributaria, verificámos as diferenças acima identificadas. Não obstante, em termos de IVA liquidado as diferenças sejam de reduzido valor (sendo explicado pelas notas de crédito/débito e faturas com iva autoliquidado que não nos foi possível aferir no mapa do Efatura), já em relação aos montantes faturados as diferenças são de elevado valor. Note-se que as declarações de IVA deverão ser preenchidas com toda a informação referente a todos os atos tributários (operações tributadas, isentas e operações não tributadas).

E

*F. A*  
*L. Puntos*

**4.10. Análise económico-financeira**

**4.10.1. Análise Económica**

No quadro abaixo é possível verificar a variação dos custos e dos proveitos no período de 2013/2014:

Rubricas	Descrição	31-12-2013	31-12-2014	Desvio €	Variação %
71	Vendas e Prestação de Serviços	-1.109.864,95	-1.181.747,66	-71.882,71	6%
72	Impostos e Taxas	-1.719.999,60	-1.760.489,13	-40.489,53	2%
73	Proveitos Suplementares	-27.083,44	-13.095,85	13.987,59	-52%
74	Transferencias e Subsídios Correntes Obtidos	-7.314.853,20	-7.190.537,18	124.316,02	-2%
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	-2.926,30	-40.233,26	-37.306,96	1275%
79	Prov. Gan. Extraordinários	-82.614,38	-132.579,87	-49.965,49	60%
	<b>Total dos Proveitos</b>	<b>-10.257.341,87</b>	<b>-10.318.682,95</b>	<b>-61.341,08</b>	<b>1%</b>
61	CMVMC	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
62	F.S.E.	2.908.195,94	3.308.566,58	400.370,64	14%
63	Transferencia e Subsídios Correntes C. Prest. Sc	603.934,55	783.534,39	179.599,84	30%
64	Custos c/ Pessoal	3.099.644,17	2.962.420,99	-137.223,18	-4%
65	Outros Custos Operac.	37.757,29	28.923,72	-8.833,57	-23%
66	Amortizações do Exercício	4.051.252,78	4.305.965,73	254.712,95	6%
67	Provisões do Exercício	4.603,96	1.338,81	-3.265,15	-71%
68	Custos e Perdas Financ.	708.415,25	514.557,34	-193.857,91	-27%
69	Custos e Perdas Extraord.	1.549.327,51	881.761,05	-667.566,46	-43%
	<b>Total dos Custos</b>	<b>12.963.131,45</b>	<b>12.787.068,61</b>	<b>-176.062,84</b>	<b>-1%</b>
	<b>Provelto - Custos</b>	<b>-2.705.789,58</b>	<b>-2.468.385,66</b>	<b>237.403,92</b>	<b>-9%</b>

Sem embargo o os saldos de 2013 não terem sido auditados, da análise ao quadro acima ressaltam os seguintes aspectos:

- Em relação ao exercício de 2013 o Município registou um aumento de € 61.341,08 no total dos proveitos;
- Relativamente aos custos verifica-se uma diminuição global de € 176.062,84, ou seja, verifica-se uma evolução favorável da conta de exploração, pese embora o resultado líquido continuar negativo em € 2.468.385,66, apesar de uma recuperação de € 237.403,92 (9%) face ao ano de 2013;
- As contas que apresentaram maior variação no conjunto dos custos e que mais contribuíram para a diminuição registada foram as de “Custos com o Pessoal” e “Custos e Perdas Extraordinárias” com uma diminuição de € 137.223,18 e € 667.566,46. Todavia as contas “Fornecimentos e Serviços Externos” e “Amortizações do exercício” registaram um aumento de € 400.370,64 e € 254.712,95 respetivamente;

*4*

Handwritten notes: "Lima" with a checkmark and "2 Pontos" below it.

- Face ao exposto anteriormente o Município registou um resultado líquido do exercício menos negativo do que o do exercício de 2013 em € 237.403,92;
- É, ainda, de relevar que o facto de o Município não reconhecer os trabalhos para a própria entidade (realização de obras por administração directa) como proveitos, na parte de incorporação dos outros factores que não sejam materiais, se traduz numa subvalorização dos resultados.

#### **Conclusões**

No decorrer do trabalho efetuado, não detetámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, salvo os aspectos já referidos, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao orçamento e plano aprovados pela Assembleia Municipal.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Município de Torre de Moncorvo, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual do Auditor Externo, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da Câmara Municipal e designadamente do pessoal da Divisão Administrativa e Financeira.

Bragança, 15 de Abril de 2015

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC nº 1047  
em representação da S.R.O.C. n.º92 – Fernando Peixinho & José Lima



*F. L.*  
*L. Lima*  
*UPontes*

## **Certificação Legal das Contas**

### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do “Município de Torre de Moncorvo”, as quais compreendem o **Balanco em 31 de Dezembro de 2014**, que evidencia um total de **€ 60.907.823**, um total de **Fundos Próprios de € 41.723.736**, incluindo um **resultado líquido negativo de € -2.468.386**, a Demonstração dos Resultados do exercício findo naquela data, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Mapa de Controlo Orçamental com uma **execução global de receita de € 11.113.783** e uma **execução global de despesa de 11.816.529**, o Mapa do Plano Plurianual de Investimentos e o Mapa de Operações de Tesouraria, todos documentos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Executivo Municipal (Câmara Municipal) a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município e o resultado das suas operações e dos fluxos de caixa e da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos números 7 a 13, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras contêm ou não distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas
  - em juízos e critérios definidos pelo Executivo Municipal, utilizados na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

*F. L.*  
*L. Lima*

Handwritten notes and signature in the top right corner, including a stylized signature and the word "Pontos" written in blue ink.

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

#### **Reservas**

7. Por ter sido este o primeiro ano em que o Município é sujeito à revisão legal das suas contas (Lei 73/2013, de 03 de Setembro), não nos foi possível obter a evidência considerada necessária para formarmos opinião sobre a adequabilidade dos saldos de abertura.
8. Não obstante o ponto 2.8.3 do POCAL estabelecer a obrigatoriedade de implementar o sistema de contabilidade analítica, o mesmo não se encontra instalado inviabilizando o apuramento dos custos pelo seu destino, da maior importância para a valorização de obras executadas por administração direta e para a verificação da razoabilidade do valor das taxas.
9. O Município não regista as existências em armazém o que nos impossibilita de formarmos opinião sobre o valor ocultado pela não relevação do activo "existências".
10. Não nos foi possível obter a evidência requerida para formarmos opinião sobre o saldo da conta 27.4.5 – Subsídios de Investimento, no valor de € 994.129,03, pelo facto de os subsídios não se encontrarem desagregados por projeto de investimento mas estarem integramos por programa de financiamento. Ocorre, também, que não há um mapa que estabeleça a relação entre os subsídios obtidos e os investimentos realizados que nos permita verificar a adequabilidade da especialização dos proveitos decorrentes dos subsídios, em concordância com as amortizações sistemáticas dos ativos adquiridos ou construídos com os referidos subsídios.
11. Pelo facto de não termos obtido resposta dos bancos onde o Município tem operações ativas e passivas não estamos em condições de formar opinião sobre o valor dos empréstimos bancários, que no balanço está mensurado por € 14.336.510,95 nem de eventuais responsabilidades contingentes.

Handwritten signature and the number "2" in the bottom right corner.

*Handwritten notes:*  
A star symbol and the number 4.  
A checkmark and the number 4.  
The word "Bentos" written in a cursive style.

12. Nos activos produzidos ou construídos por Administração directa (executados com meios do Município) somente são afetos à sua valorização, e nem sempre, os consumos de materiais, não sendo imputados os custos com a mão-de-obra direta e os consumos de equipamentos e os outros gastos gerais que são suportados. Tal facto subvaloriza o valor desses activos e dos resultados.
13. Nos termos do n.º 1 do art.º 17.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, é estipulada a obrigatoriedade da contribuição dos Municípios para o capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM). De acordo com a fórmula prevista nesse diploma o Município deveria ter reconhecido um ativo financeiro no valor da participação correspondente, ou seja, € 553.206,38, por contrapartida de um passivo até à liquidação do valor subscrito, o qual terá um período de realização de 7 (sete anos), com início em 2015 e fim em 2021.

#### **Opinião**

14. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritos nos parágrafos números 7 a 12 acima e ponderado o efeito do desacordo descrito no parágrafo n.º 13, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Torre de Moncorvo** em 31 de Dezembro de 2014 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

#### **Relato sobre Outros Requisitos Legais**

15. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

#### **Ênfase**

16. Sem modificarmos a opinião expressa no parágrafo número 14 acima, chamamos a atenção para o facto do resultado do exercício ter sido negativo em € 2.468.385,66 o que se reflete em necessidades adicionais de financiamento ou na alienação de ativos nesse montante.

Bragança, 15 de Abril de 2015

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues - (R.O.C. n.º 1047)  
Em representação da S.R.O.C. n.º 92 Fernando Peixinho & José Lima